

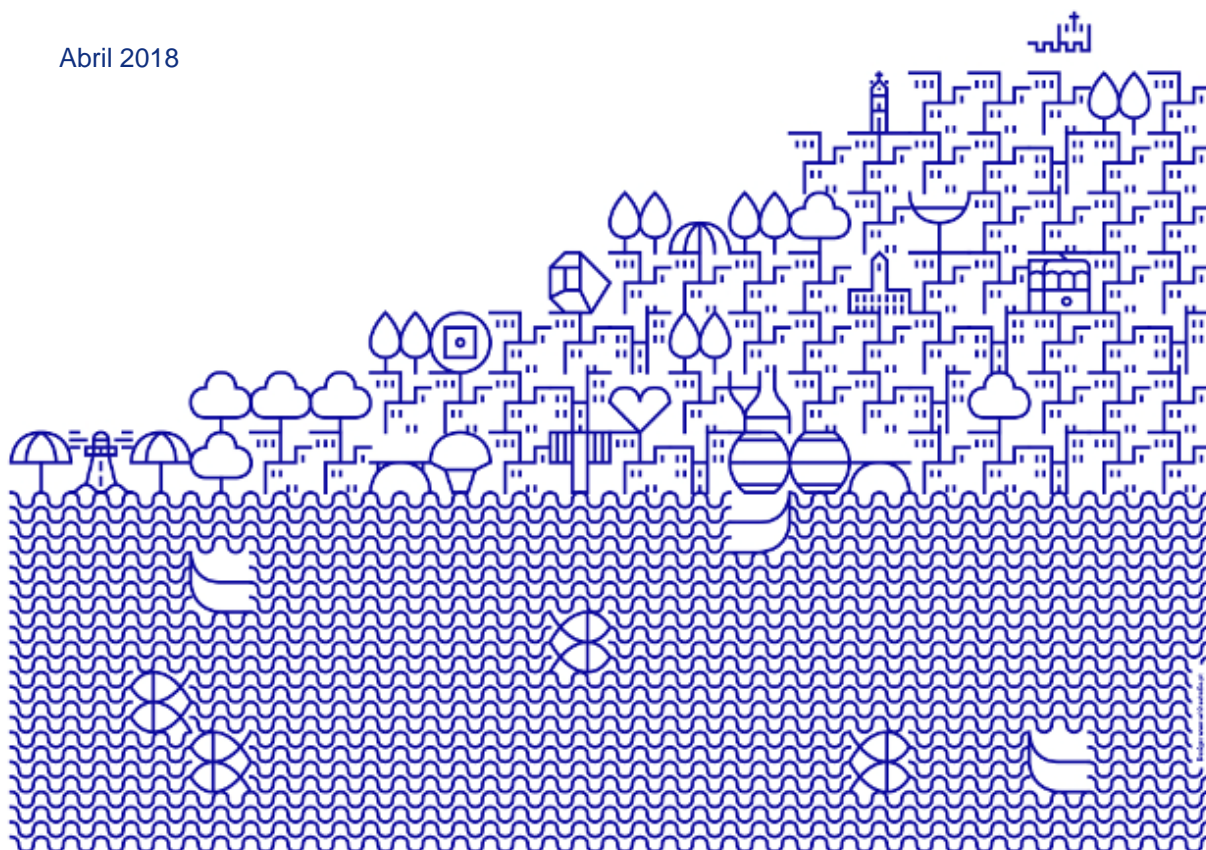


Pessoas e Atividades

Demografia e Desenvolvimento Social

Relatório de Caracterização e Diagnóstico

Abril 2018



Índice

Introdução.....	4
1. Demografia.....	6
1.1. Evolução da população	6
1.2. Saldos natural e migratório.....	8
1.3. Envelhecimento demográfico	9
1.4. Estruturas familiares	13
2. Educação	20
3. Condições habitacionais.....	27
3.1 Estado de conservação do parque habitacional e época de construção	27
3.2 Acessibilidade.....	28
3.3 Condições de conforto	30
3.4 Carências quantitativas	31
3.5 Acesso à habitação a custos controlados.....	34
4. Segurança.....	36
5. Saúde.....	39
5.1. Causas de mortalidade.....	40
5.2. Indicadores gerais do estado de saúde.....	43
6. Mercado de trabalho.....	47
6.1 Taxas de atividade e de inatividade	47
6.2 Desemprego	48
6.3 Remunerações.....	51
7. Proteção social	54
8. Síntese conclusiva	58

Índice Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da população residente no Porto	6
Gráfico 2 – Variação da população residente, 2001/2011	7
Gráfico 3 – Componentes da variação populacional na década 2001/2010	8
Gráfico 4 – Saldo natural e migratório no Porto	9
Gráfico 5 – População residente no Porto, segundo o grupo etário	10
Gráfico 6 – População residente jovem (0-14) e idosa (65 e mais), 2011	11
Gráfico 7 – Índice de envelhecimento	11
Gráfico 8 – Índice de dependência total	12
Gráfico 9 – Índice de renovação da população ativa	13
Gráfico 10 – Dimensão média da família	13
Gráfico 11 – Famílias clássicas segundo a dimensão	14
Gráfico 12 – Variação na dimensão das famílias entre 2001 e 2011	14
Gráfico 13 – Famílias unipessoais no total da população residente	15
Gráfico 14 – Proporção de famílias unipessoais de idosos sós, por escalão etário, em 2011	16
Gráfico 15 – Proporção de núcleos monoparentais, 2001-2011	17
Gráfico 16 – Taxa bruta de pré-escolarização	22
Gráfico 17 – Taxa bruta de escolarização – ensino básico	22
Gráfico 18 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	23
Gráfico 19 – Taxa bruta de escolarização – Ensino secundário	24
Gráfico 20 – Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (total)	24
Gráfico 21 – Taxa de abandono escolar por local de residência (2011)	25
Gráfico 22 – Taxa de abandono escolar por local de residência (2011)	25
Gráfico 23 – Proporção da população residente com ensino superior completo (2011)	26
Gráfico 24 – Edifícios segundo a época de construção, 2011	27
Gráfico 25 – Edifícios segundo o estado de conservação, 2011	28
Gráfico 26 – Edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas, 2011	28
Gráfico 27 – Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, segundo a acessibilidade da entrada, 2011	29
Gráfico 28 – Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, segundo a acessibilidade da entrada e existência de elevador, 2011	30
Gráfico 29 – Proporção de alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de água canalizada, 2011	30
Gráfico 30 – Proporção de alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de sistema de drenagem de águas residuais, 2011	31
Gráfico 31 – Evolução da proporção de alojamentos não clássicos, 2001-2011	32
Gráfico 32 – Carências quantitativas, 2011	32
Gráfico 33 – Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos, 2011	33
Gráfico 34 – Taxa de criminalidade	37
Gráfico 35 - Ocorrências participadas às Forças e Serviços de Segurança no Concelho do Porto, por Grande Categoria Criminal	37
Gráfico 36 – Taxa bruta de mortalidade	40
Gráfico 37 – Distribuição dos óbitos por causa de mortalidade (2016)	40
Gráfico 38 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho respiratório	41
Gráfico 39 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	42

Gráfico 40 – Taxa de mortalidade por tumores malignos	42
Gráfico 41 – Taxa de mortalidade precoce	43
Gráfico 42 – Índice sintético de fecundidade	44
Gráfico 43 – Nados vivos de mães adolescentes (15-19 anos)	44
Gráfico 44 – Evolução da proporção de crianças com baixo peso à nascença (abaixo de 2500 gramas)	45
Gráfico 45 – Taxa de incidência de tuberculose (AceS Porto Ocidental e Porto Oriental)	46
Gráfico 46 – Taxa de incidência de SIDA (AceS Porto Ocidental e Porto Oriental)	46
Gráfico 47 – Taxa de atividade por escalão etário no Porto	47
Gráfico 48 – Taxa de inatividade	48
Gráfico 49 – Taxa de desemprego por escalão etário, 2011	48
Gráfico 50 – Inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos	49
Gráfico 51 – Inscritos nos centros de emprego por nível de escolaridade, no Porto	49
Gráfico 52 – Inscritos nos centros de emprego por escalão etário (2011=100), no Porto	50
Gráfico 53 – Inscritos nos centros de emprego por período de inscrição, no Porto	50
Gráfico 54 – Desempregados de longa duração inscritos nos centros de emprego	51
Gráfico 55 – Diferença entre a remuneração média e o salário mínimo nacional	51
Gráfico 56 – Remuneração média por nível de escolaridade, 2014	52
Gráfico 57 – Quociente entre o percentil 90 e o percentil 10 da remuneração média horária	52
Gráfico 58 – Remuneração média por género, 2014	53
Gráfico 59 – Pensionistas por tipo de pensão, 2016	54
Gráfico 60 – Evolução dos beneficiários do rendimento social de inserção	55
Gráfico 61 – Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa	56
Gráfico 62 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo, 2015	56
Gráfico 63 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o escalão etário, 2015	57

Índice Quadros

Quadro 1 – Evolução do Total de Ocorrências Participadas às FSS	36
Quadro 2 – Pensionistas por tipo de pensão, 2016 (N.º)	54
Quadro 3 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo a idade, 2015 (N.º)	57
Quadro 4 – Beneficiários com abono de família para crianças e jovens, 2015 (N.º)	57
Quadro 5 – Pontos fortes e vulnerabilidades da situação social do Porto	58

Introdução

O presente documento propõe-se traçar um retrato da realidade demográfica e social da população residente no Porto, incidindo para o efeito nas diferentes componentes do desenvolvimento humano, incluindo a educação, as condições habitacionais, a saúde, a segurança, o mercado de trabalho e a proteção social. Sempre que possível, aborda o posicionamento da cidade face a realidades espaciais mais abrangentes como o Grande Porto ou o Continente. Este exercício esteve sempre condicionado à disponibilidade de elementos estatísticos adequados, o que obrigou a preterir a totalidade do país relativamente ao Continente (nem sempre existe informação comparável para as regiões Autónomas) e, sobretudo, a utilizar diferentes limites administrativos no que respeita à envolvente territorial do Porto. Com efeito, se à data do último recenseamento o Porto pertencia para fins estatísticos à sub-região (NUT III) do Grande Porto constituída por 9 concelhos (Porto, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), legislação posterior alargou esta unidade estatística a mais oito municípios (Arouca, Oliveira de Azeméis, Paredes, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa e Vale de Cambra), obrigando à utilização de diferentes espaços de referência ao longo do trabalho. Para este efeito, o presente relatório utiliza a referência “Grande Porto” para à anterior configuração de 9 municípios, e a designação “Área Metropolitana do Porto” quando estiver em causa a atual configuração da NUT III, composta por 17 concelhos.

Independentemente destas limitações, desenvolve-se uma análise da evolução recente a diferentes escalas, em relação a diferentes componentes do desenvolvimento sócio-territorial: a demografia, as condições de habitabilidade, a educação, a saúde, a segurança o desemprego, o emprego e os rendimentos. Para o efeito, são utilizadas fontes estatísticas de diferentes proveniências, incluindo o Instituto Nacional de Estatística (nomeadamente no que respeita à informação censitária) e os diversos organismos públicos ligados àqueles setores de intervenção do Estado.

O ponto 1 aborda o tema da demografia, que foi maioritariamente extraído do documento “Censos 2011 – Mudanças demográficas”, da CMP (elaborado em 2014 por uma equipa interna da CMP), onde é efetuada uma análise evolutiva das principais tendências demográficas ocorridas na década de 2000 no concelho do Porto, em comparação com o comportamento registado pelo Grande Porto e Portugal Continental. Esta análise é sobretudo baseada em dados censitários, tendo-se recorrido igualmente aos dados da série “Estimativas Anuais da População Residente do INE”, para a atualização de alguns indicadores, de modo a avaliar as tendências mais recentes.

O ponto 2, dedicado à educação, incide sobretudo nos índices de escolarização da população e nas taxas de frequência, retenção e abandono. A metodologia utilizada foi a recolha de indicadores de Educação, tendo como fonte de informação privilegiada o Instituto Nacional de

Estatística (INE), bem como a consulta da Carta Educativa do Porto e a base de informação da mesma.

À semelhança do ponto dedicado à demografia também o Ponto 3, dedicado às condições habitacionais, tem por base um documento de análise censitária produzido internamente pela DMPOT. Este ponto incide nos aspetos residenciais mais diretamente ligados à vulnerabilidade social, incluindo as carências quantitativas e qualitativas, o estado de conservação dos edifícios, as condições de conforto (nomeadamente as que remetem para a dotação de infraestruturas básicas) e a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.

O Ponto 4, dedicado à segurança, aborda a incidência de diferentes formas de criminalidade no Porto e nos restantes espaços de referência. O Ponto 5, dedicado à saúde, incide sobretudo em resultados imateriais como a representatividade das diferentes causas de mortalidade. O ponto 6 dedica-se aos diferentes aspetos relacionados com o mercado de trabalho e as fontes de rendimento, designadamente os índices de desemprego e as disparidades salariais. Por último, o ponto 7 dedica-se às questões da proteção social, designadamente às pensões e ao rendimento social de inserção.

1. Demografia

Neste ponto, pretende-se explorar a informação sobre a população e as famílias disponibilizada pelos resultados definitivos dos Censos 2011 e proceder a uma análise evolutiva no sentido de avaliar as principais tendências recentes que marcam as dinâmicas demográficas do concelho do Porto, no que respeita ao declínio demográfico, envelhecimento da população e às alterações nas famílias. A importância em conhecer a evolução de alguns destes fenómenos no território urbano é determinante pelo contributo que pode imprimir ao nível do desenho das políticas públicas que orientam a intervenção, promovendo a criação de condições mais favoráveis à sustentabilidade e à coesão da metrópole.

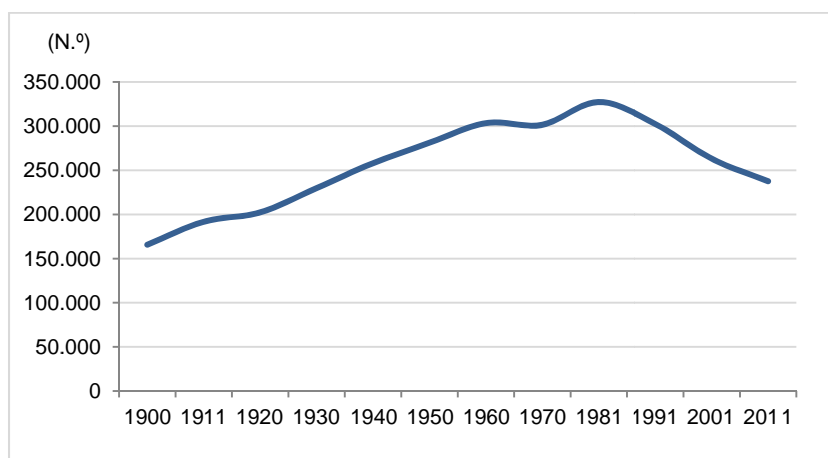
1.1. Evolução da população

Ao longo do último século, o concelho do Porto apresentou uma trajetória de crescimento da população residente até à década de 80, apesar de ter registado ritmos de crescimento diferenciados.

Desde a década de 80, o Porto tem vindo a perder residentes, em grande medida devido à descentralização da função residencial para a sua Área Metropolitana, tendo sofrido uma quebra de cerca de 90 mil indivíduos entre 1981 e 2011 (Gráfico 1).

Em 2011 residiam no concelho do Porto 237.591 indivíduos, o que representou uma perda de 25.540 indivíduos relativamente a 2001. Neste período intercensitário, a quebra registada na população residente foi de cerca de 10%, revelando um abrandamento do ritmo de perda relativamente à década anterior: -13% entre 1991/2001.

Gráfico 1 - Evolução da população residente no Porto

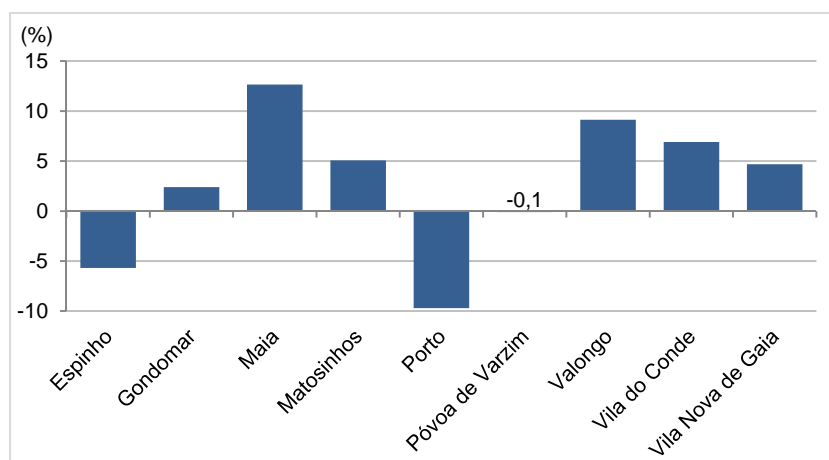


Fonte: INE

Entre 2001 e 2011, manteve-se a tendência de crescimento demográfico do conjunto dos concelhos do Grande Porto (2,1%), embora a um ritmo inferior ao do decénio anterior (8,0%), comportamento generalizado à totalidade dos concelhos que registaram trajetórias positivas no período.

O Porto foi o concelho do Grande Porto com a maior taxa de variação negativa da população residente, seguido de Espinho (-6%), tendo o concelho da Maia assinalado o maior incremento relativo (12,7%), à semelhança da década anterior (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Variação da população residente, 2001/2011



Fonte: INE

Em 2011 no Grande Porto residiam cerca de 1.300 mil habitantes, representando um aumento de 26.602 indivíduos face a 2001 e correspondendo aproximadamente a 13% da população do Continente.

Deverá, no entanto, ser realçado o facto de no Porto existir uma grande discrepância entre a população residente e a população “utilizadora” da cidade, no sentido em que nela vive durante pelo menos parte do dia. Com efeito, um grande número de residentes nos concelhos vizinhos desloca-se todos os dias ao Porto a fim de trabalhar, estudar, fazer compras ou usufruir da vasta gama de serviços que a cidade oferece. A estes, deverão ser acrescentados os turistas provenientes de todas as partes do Mundo.

Não existem dados completos sobre a população “utilizadora” do Porto, dado que o último inquérito à mobilidade foi elaborado em 2000. Existem, no entanto, elementos que permitem avaliar, pelo menos parcialmente, a dimensão do fenómeno no caso do Porto. A este respeito, o capítulo relativo às deslocações pendulares do presente relatório indica que à data do último recenseamento (2011), se deslocavam para o Porto diariamente quase 114.000 pessoas com o objetivo de trabalhar e cerca de 40.000 pessoas a fim de estudar. Por outro lado, o Anuário Estatístico da Região Norte relativo a 2016 (do INE), indica que nesse ano os estabelecimentos turísticos do Porto (incluindo o Alojamento Local) acolheram um total de 3,3 milhões de

dormidas. Tal significa uma média diária de cerca de 9.000 turistas dormindo na cidade, número que naturalmente “esconde” grandes oscilações sazonais.

Muitos outros “utilizadores” são impossíveis de contabilizar, desde os utentes dos serviços públicos e privados até aos turistas que visitam a cidade sem contudo se alojarem num dos seus estabelecimentos. O número total será, nesse sentido, consideravelmente superior aos cerca de 163.000 indicados à luz das fontes conhecidas. Ainda assim, este número é já suficientemente expressivo para concluir que a “verdadeira” dimensão demográfica do Porto ultrapassa amplamente os valores relativos à população residente, colocando o Porto numa posição destacada no contexto nacional, apenas comparável à observada em Lisboa.

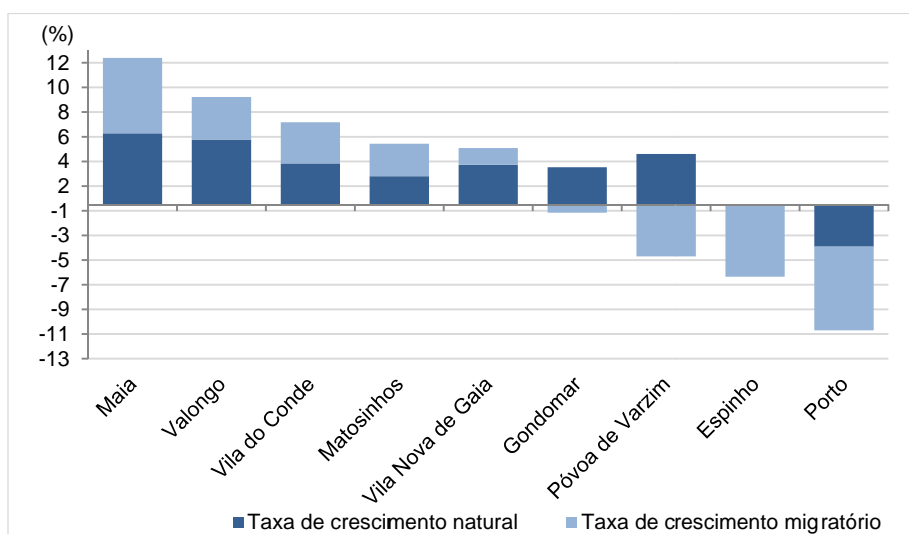
1.2. Saldos natural e migratório

A evolução populacional é resultado do comportamento conjunto das variáveis demográficas: saldo fisiológico e saldo migratório. Esta dinâmica é determinada pela relação entre os nascimentos e os óbitos, por um lado, e entre os fluxos de entrada e saída de população num território, por outro.

Contrariamente ao que aconteceu na década de 90, o crescimento demográfico do Grande Porto nos últimos 10 anos foi integralmente suportado pelo crescimento natural (2,1%), tendo o saldo migratório global da NUT III sido praticamente nulo.

Na última década, Porto e Espinho foram os únicos concelhos no Grande Porto a registar, simultaneamente, taxas de crescimento natural e migratório negativas, enquanto na Póvoa de Varzim o saldo natural não foi suficiente para atenuar o balanço migratório negativo e evitar um ligeiro decréscimo populacional (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Componentes da variação populacional na década 2001/2010



Fonte: INE

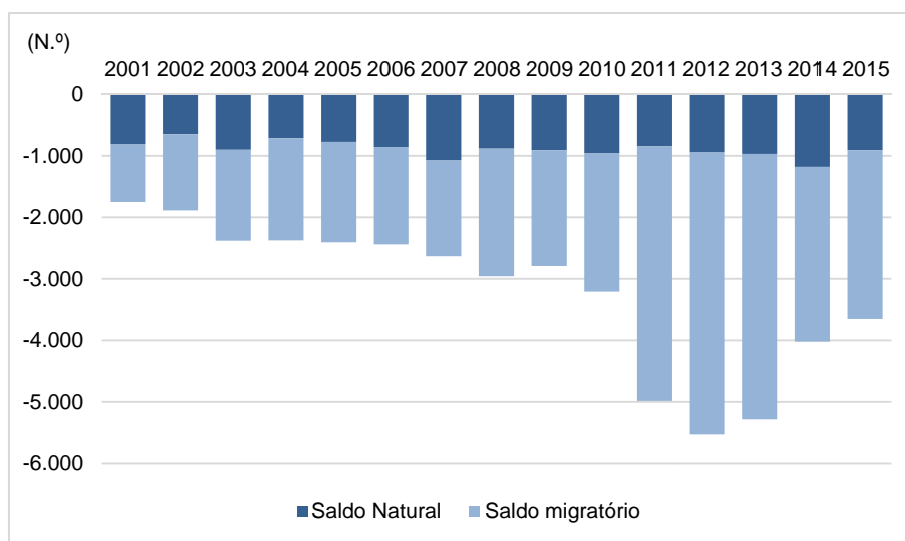
De um modo geral, nos concelhos com taxas de crescimento efetivo positivas, foi o saldo natural que mais contribuiu para essa variação positiva, sendo mesmo no caso de Gondomar (e Póvoa de Varzim) responsável por evitar a regressão populacional.

Durante a década de 2000 registaram-se no Porto 21.142 nascimentos e 29.690 óbitos, o que resultou num saldo fisiológico de -8.548 indivíduos, o que significa um agravamento relativamente à década anterior (-3.447). De salientar que desde o início da década de 90 o Porto tem vindo a apresentar um saldo natural negativo, com tendência de agravamento.

Por seu lado, o saldo migratório, apesar de continuar negativo entre 2001 e 2011 (-17.000 indivíduos), sofreu um abrandamento face ao período intercensitário anterior (1991/2001), onde se registou um balanço negativo na ordem dos 36.000 indivíduos.

Ao avaliar os dados referentes ao último quinquénio, constata-se que o saldo migratório registou um agravamento significativo, sobretudo nos anos 2011 a 2013, tendo condicionado fortemente a evolução demográfica regressiva do Porto (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Saldo natural e migratório no Porto



Fonte: INE

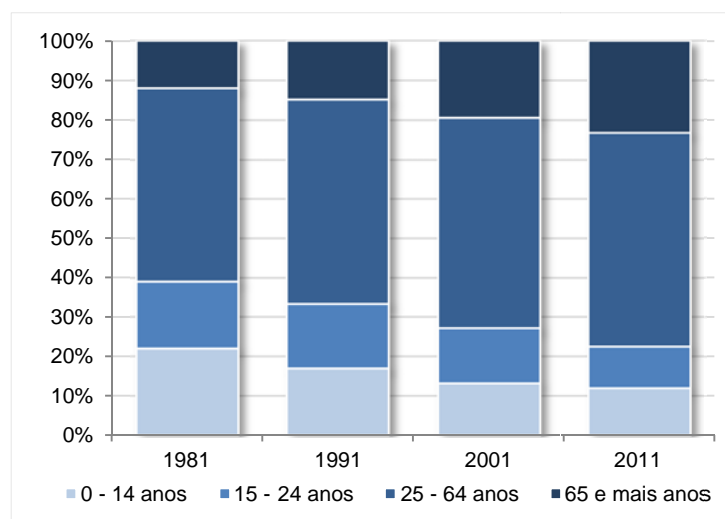
1.3. Envelhecimento demográfico

À semelhança das décadas anteriores, mantém-se na cidade do Porto a tendência do duplo processo de envelhecimento demográfico, que conjuga os efeitos da diminuição dos jovens com o aumento do número de idosos.

Ao longo das últimas três décadas, o Porto tem vindo progressivamente a perder jovens (0-14 anos) e a ganhar idosos (65 ou mais anos). Em 1981, o grupo dos jovens com menos de 15 anos representava 22% da população, enquanto em 2011 representava apenas cerca de metade (12%). O grupo dos indivíduos com 65 ou mais anos, que em 1981 detinha um peso de

apenas 12%, passou a representar 23% da população total em 2011. Aliás, este é o único escalão etário que regista ganhos ao longo deste período (Gráfico 5).

Gráfico 5 – População residente no Porto, segundo o grupo etário



Fonte: INE

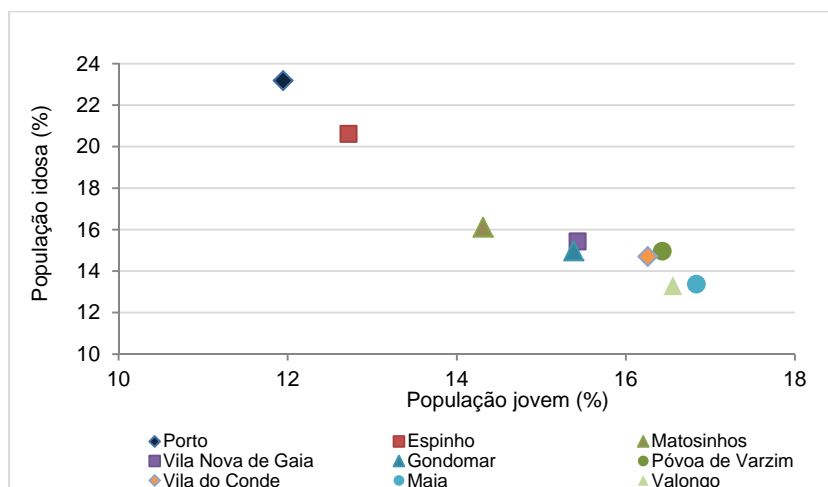
Neste intervalo é ainda significativa a redução de jovens em idade ativa (15-24 anos), que em 1981 representava 17% da população (55.994 indivíduos) e em 2011 detinha um peso de apenas 11% (25.017 residentes).

De um modo geral e, comparativamente com os âmbitos geográficos de referência, o Porto apresentava em 2011 uma estrutura da população mais envelhecida: no Grande Porto e no Continente a proporção de jovens era de aproximadamente 15% e a proporção de idosos era de 17% e 19%, respetivamente. No último período intercensitário, manteve-se, no Grande Porto, a tendência de variação negativa da população residente com menos de 15 anos (-7%) e de aumento significativo dos indivíduos com 65 ou mais anos (29%), apesar de se ter atenuado ligeiramente o ritmo face à década anterior.

Entre 2001 e 2011, a grande maioria dos concelhos do Grande Porto perdeu população jovem, num total de aproximadamente 14.000 jovens, e todos registaram um acréscimo de residentes idosos, num total de cerca de 48.000 indivíduos.

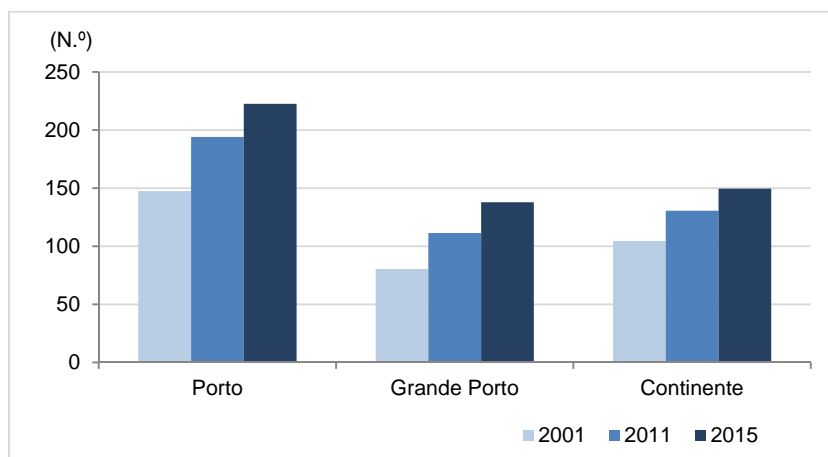
Esta evolução na estrutura etária da população residente no Grande Porto resultou num aumento da proporção de idosos e numa diminuição da proporção de jovens, entre 2001 e 2011, comportamento generalizado a todos os concelhos (Gráfico 6).

O aumento da proporção de idosos e a redução da representatividade dos jovens traduziram-se no agravamento do índice de envelhecimento, que mede precisamente a relação entre a população residente nestes dois grupos etários: o dos 65 e mais anos e o dos 0 aos 14 anos.

Gráfico 6 – População residente jovem (0-14) e idosa (65 e mais), 2011


Fonte: INE

Em 2011 no Porto existiam, em média, cerca de 194 idosos por cada 100 jovens, valor bastante superior ao registado no Grande Porto (111) e Continente (131). No Porto, em 2001, esse rácio era de 147, e já todas as freguesias apresentavam valores superiores a 100, significando que o número de idosos era superior ao número de jovens (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Índice de envelhecimento


Fonte: INE

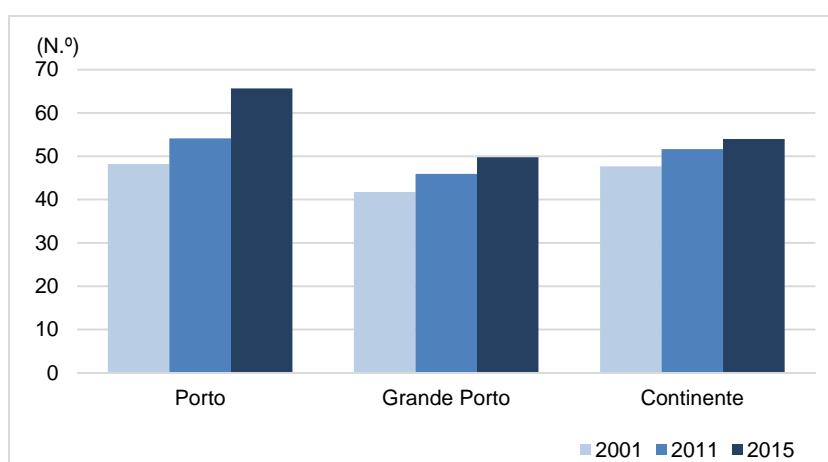
De acordo com as estimativas da população residente, o índice de envelhecimento no Porto traduzia-se, em 2015, numa relação de 223 idosos por cada 100 jovens residentes, enquanto em Portugal continental este índice era de 150 e de 138 no caso do Grande Porto, revelando um aumento significativo deste índice.

O índice de dependência total mede o nível de dependência da população jovem e idosa em relação à população em idade ativa, contendo duas componentes com tendências de evolução divergentes: o índice de dependência de jovens e o de idosos.

Entre 2001 e 2011 o índice de dependência de jovens registou um ligeiro decréscimo, passando de 19 jovens (0 aos 14 anos) a cargo por cada 100 indivíduos em idade ativa, para os 18, revelando já a quebra da taxa de fecundidade. Por seu lado, o índice de dependência de idosos aumentou de 29 idosos dependentes para 36, em igual período, refletindo o aumento da esperança média de vida.

Esta evolução traduziu-se num aumento do índice de dependência total de seis pontos percentuais na década, registando o Porto em 2011 um índice total de 54, superior aos âmbitos geográficos em comparação: Grande Porto (46) e Continente (52) (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Índice de dependência total



Fonte: INE

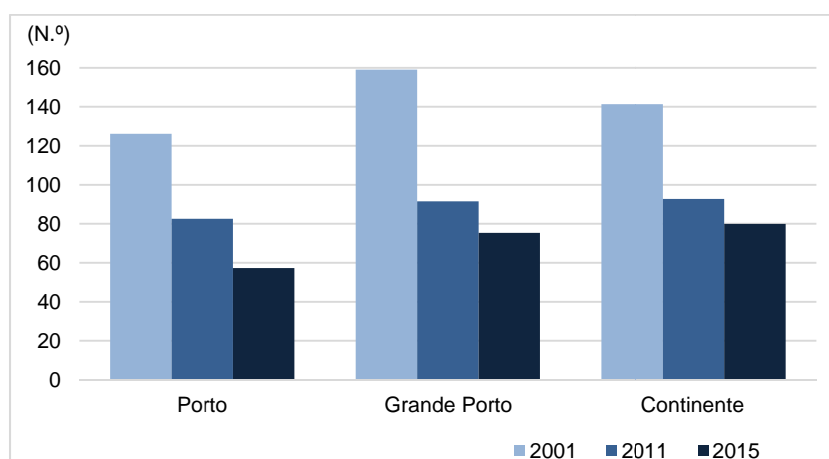
Comparando estes valores com os observados em 2015, verifica-se que, no Porto, este índice registou um aumento superior ao observado no período intercensitário anterior (2001/2011), atingindo o valor de 66 indivíduos dependentes por cada 100 elementos em idade ativa, enquanto no Grande Porto ou no Continente se registaram aumentos na ordem dos 4 e 2 pontos percentuais, respetivamente.

Um desafio que o envelhecimento populacional coloca às sociedades contemporâneas é a garantia da substituição da sua população ativa.

O índice de renovação da população ativa mede, precisamente, a relação entre os indivíduos que estão potencialmente a entrar (dos 20 e 29 anos) e a sair do mercado de trabalho (dos 55 e 64 anos).

Em 2011 o Porto apresentava um índice de renovação da população ativa de 83, o que significa que o concelho já não consegue renovar a sua população ativa, visto que existem 83 jovens entre os 20 e 29 anos por cada 100 indivíduos dos 55 e os 64 anos.

Comparativamente com outros âmbitos geográficos, o Porto continua a apresentar a situação mais desvantajosa, quer no contexto metropolitano (Grande Porto – 92), quer nacional (Continente - 93) (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Índice de renovação da população ativa


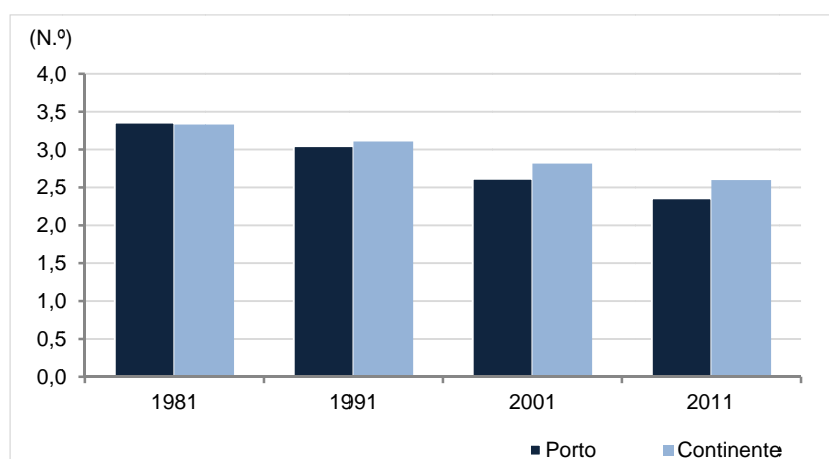
Fonte: INE

Avaliando a evolução entre 2011 e 2015, constata-se que a redução mais considerável se verificou no Porto, tendo atingido neste último ano o valor de 57, ou seja, existem 57 indivíduos potencialmente a entrar no mercado de trabalho por cada 100 que estão a sair, enquanto o Grande Porto e Continente apresentaram valores de 75 e 80, respetivamente.

1.4. Estruturas familiares

O número de famílias residentes, no Porto, não sofreu alterações significativas na década. Em valores absolutos a cidade tinha, em 2011, 100.826 famílias, o que significou um ligeiro acréscimo (mais 130 famílias) relativamente à década anterior. Em termos evolutivos, no período 2001/2011, foi no centro histórico que se registou a maior perda de famílias residentes

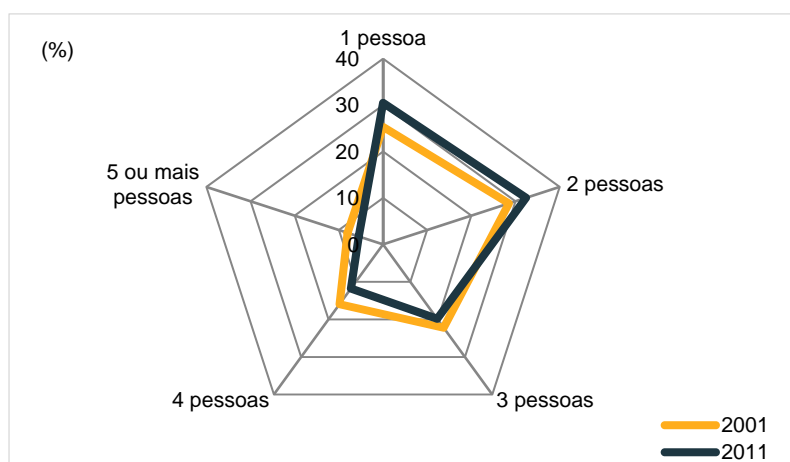
A dimensão das famílias, em termos médios, tem vindo a diminuir, no Porto, nas últimas três décadas (1981/2011), uma tendência semelhante à verificada para o Continente. Em 2011, o número médio de pessoas por família situou-se em 2,4 indivíduos, ou seja, menos uma pessoa por família relativamente ao valor que se registava em 1981 (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Dimensão média da família


Fonte: INE

Analisando a estrutura das famílias, com base na tipologia dos agregados, verifica-se que se assistiu a um crescimento das famílias de menor dimensão, constituídas por uma e duas pessoas (63% em 2011) e a uma diminuição das famílias mais numerosas, principalmente daquelas que são compostas por quatro ou mais pessoas (17% em 2011). As famílias compostas por 3 pessoas e que decresceram na década, representam 20% do universo das famílias clássicas em 2011 (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Famílias clássicas segundo a dimensão

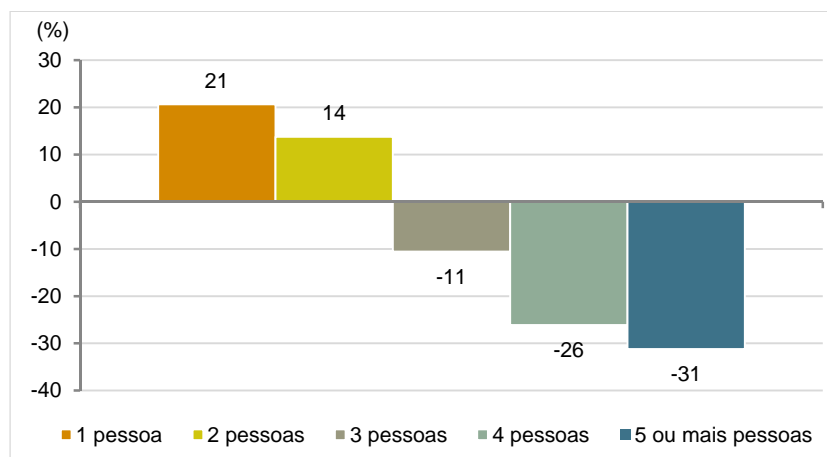


Fonte: INE

É de assinalar o acréscimo das famílias unipessoais e das famílias compostas por duas pessoas, registando uma variação positiva de 21% e de 14% respetivamente.

Em sentido oposto, há um expressivo decréscimo das famílias numerosas, particularmente daquelas compostas por 5 ou mais pessoas, cuja variação foi de - 31% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Variação na dimensão das famílias entre 2001 e 2011



Fonte: INE

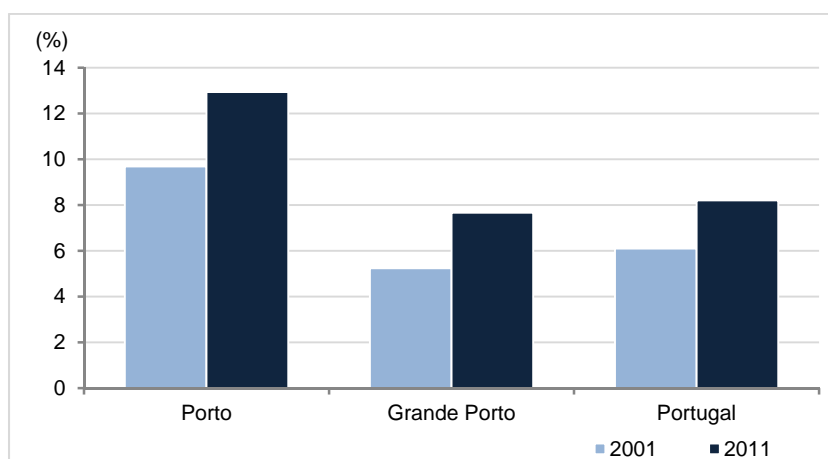
Em 2011, na análise da composição das famílias, no Porto, verifica-se ser mais frequente a situação das famílias cujas idades dos indivíduos estão compreendidas entre os 15 e os 64 anos, representando estas 42% das famílias clássicas.

As famílias com jovens com menos de 15 anos representam 19% e, por sua vez, as famílias com idosos com mais de 65 anos constituem 39% das famílias.

As famílias unipessoais¹ aumentaram de forma generalizada no território nacional na última década. O caso do Porto surge destacado face ao Grande Porto e ao País com uma proporção das pessoas a viverem em famílias unipessoais de 13%, em 2011 (Gráfico 13).

Esta evolução acompanha a tendência de crescimento das famílias unipessoais na Europa, ficando ainda ligeiramente abaixo da média europeia (UE27) que se situa nos 14,5%, segundo dados do Eurostat (EU-SILC, 2011).

Gráfico 13 – Famílias unipessoais no total da população residente



Fonte: INE

As famílias unipessoais representavam 1/3 do total das famílias clássicas residentes em 2011. Este valor situa-se bem acima do valor apresentado para o País, em 2011, e que é de 20,4%. Em termos absolutos, o grupo das famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos cresceu na população residente no período da década, passando de 25.480 idosos sós, em 2001, para 30.736 idosos sós em 2011, tendência que acompanha a própria trajetória de envelhecimento da população.

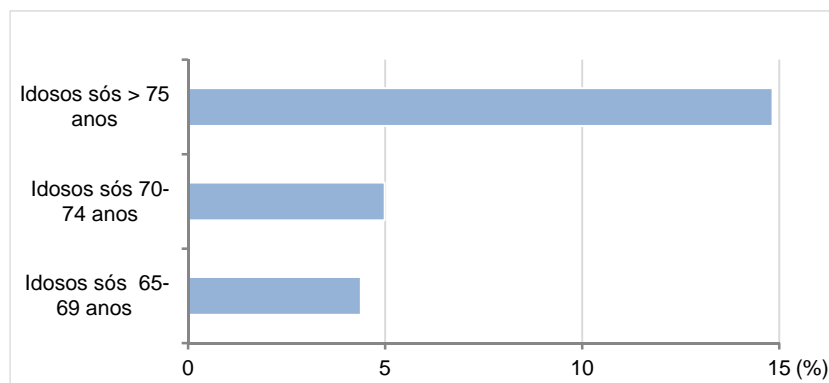
O escalão etário com 75 ou mais anos representava já, em 2011, aproximadamente 15% do total dos idosos que residem sós (no universo de 13.329 indivíduos sós, com 65 ou mais anos).

Analisando a distribuição etária das famílias unipessoais de idosos, nos diferentes subgrupos de idade, acima dos 65 anos, verifica-se ser mais expressiva a proporção no escalão etário

¹ O conceito de **família unipessoal** inclui as pessoas a viver sós, ocupando integralmente um alojamento, e as que vivendo com outros ocupando parte de um alojamento, possuem independência de meios (economicamente independentes) (conceito adaptado INE).

acima dos 75 anos representando 15% face aos outros escalões etários. A proporção de idosos que residem sós no escalão 65-69 anos era de 4% e no escalão etário 70-74 anos era de 5% (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Proporção de famílias unipessoais de idosos sós, por escalão etário, em 2011



Fonte: INE

As famílias unipessoais de jovens sós representavam, em 2011, um universo delimitado de 10%.

A distribuição das pessoas que vivem em famílias unipessoais abrange, como já se referiu, vários escalões etários, apesar de ser mais significativa nos escalões mais velhos da população. No caso dos jovens sós, um universo delimitado de 3.191 pessoas na cidade, considerando o escalão etário com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, estes representavam 10,4%, em 2011.

Comparativamente com o valor do País, cujo valor das famílias unipessoais de jovens sós (com idades compreendidas entre 15-29 anos) se situou em 7,4%, o Porto fixou-se um pouco acima desse valor.

A acompanhar a tendência de aumento das famílias unipessoais registou-se uma tendência de decréscimo, de -31%, das famílias clássicas numerosas, com 5 ou mais pessoas, no período da década.

Em 2011, as famílias com 5 ou mais pessoas, representavam, no Porto, apenas 5,5% no total das famílias clássicas. No País o valor das famílias numerosas era, em 2011, de 6,2%, tendo-se registado em ambos os territórios uma tendência de decréscimo na década.

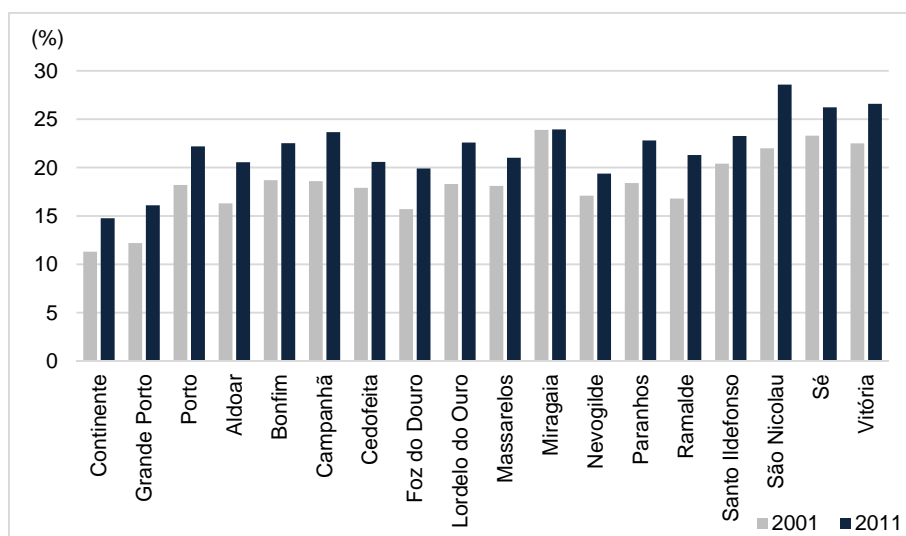
As famílias monoparentais (núcleo familiar de pai ou mãe a viver com filhos) têm vindo aumentar. O crescimento registado representou, no Porto, uma variação de 4 pontos percentuais face a 2001.

Em 2011, no Porto os núcleos monoparentais representavam 22% no total dos núcleos familiares, sendo a monoparentalidade feminina a situação dominante (88%).

O Porto acompanha a tendência generalizada de crescimento dos núcleos familiares monoparentais, à semelhança do que verificou no País. Em 2011, estes núcleos familiares

representavam neste âmbito territorial 15%, um pouco abaixo do valor de 22% registado para o Porto (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Proporção de núcleos monoparentais, 2001-2011



Fonte: INE

Síntese

A dinâmica demográfica recente do concelho do Porto é marcada, sobretudo, pelo declínio populacional, pelo acentuado envelhecimento da população residente e por mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares que sinalizam novas formas de viver em família.

De acordo com os dados definitivos disponibilizados pelos Censos 2011, a evolução registada no último decénio revela uma continuidade das principais tendências que já tinham sido identificadas na década de 90 e destaca outras de evolução mais recente:

- . **Declínio populacional** – mantém-se a regressão da população residente, embora a um ritmo inferior à década de 90. O decréscimo populacional continua a ser mais influenciado pelo saldo migratório negativo, mas a proporção do saldo natural negativo aumenta face a 2001.
- . **Saldo migratório negativo** – atenua-se o valor do saldo migratório negativo na década, tendo-se acentuado de novo entre os anos de 2011 e 2013, o que evidencia a tendência demográfica recessiva na cidade.
- . **Envelhecimento demográfico** – mantém-se o acréscimo da proporção de população idosa e a diminuição dos jovens, conjugadas com as tendências de aumento da representatividade dos indivíduos muito idosos (75 ou mais anos) e redução do escalão das crianças (dos 0-4 anos).
- . **População em idade ativa em regressão** – agravou-se a diminuição de indivíduos em idade ativa, sobretudo dos escalões mais jovens, não sendo já possível assegurar a renovação da população ativa do concelho e aumentando desta forma os níveis de dependência.
- . **Alterações na dimensão da família** - diminuição da dimensão média da família, com decréscimo das famílias numerosas e um aumento das famílias unipessoais.
- . **Famílias unipessoais de idosos sós** – o aumento das famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos no espaço da década é um dos traços importantes na evolução das famílias no Porto, salientando-se ainda neste escalão etário o grupo dos mais idosos sós, acima dos 75 anos, pela sua importância crescente.
- . **Transformação das estruturas familiares** – com o aumento das famílias monoparentais, a diminuição dos casamentos, o aumento das taxas de divórcio e a redução dos níveis de fecundidade.

Importa referir que a generalidade das tendências assinaladas para o Porto, ao nível da transformação das famílias acompanham as principais alterações verificadas na Europa, assim como a evolução registada para o País, pesem as diferenças de valor assinaladas. Algumas destas transformações constituem a face mais visível de processos mais complexos que se relacionam com mudanças da sociedade contemporânea (enquadradas nas condições económicas atuais, nos contextos socioprofissionais, nos estilos de vida marcadamente urbanos) e que têm conduzido de um modo mais geral a uma maior autonomia dos indivíduos e

a uma maior afirmação da individualidade, quanto à forma de viver em família, acompanhada de maior informalidade das relações conjugais.

Por se tratar de fenómenos complexos e com fortes impactos sociais e económicos, a continuidade destas tendências coloca enormes desafios para o futuro. Para se conseguir inverter, ou pelo menos atenuar, algumas destas trajetórias é imprescindível a implementação de políticas demográficas e sociais abrangentes e a conjugação de esforços de vários atores da sociedade.

2. Educação

Neste ponto pretendem-se explorar alguns dados relativos à educação, designadamente no que concerne aos índices de escolarização da população, taxas de retenção e abandono, sendo que a principal fonte utilizada foi o INE.

Os indicadores analisados combinam abordagens a diferentes escalas, sendo, naturalmente, privilegiada a escala do concelho. O confronto entre a realidade do Porto e a Área Metropolitana do Porto ou Grande Porto e o Continente surge igualmente de forma recorrente, dado proporcionar uma melhor compreensão do posicionamento da cidade relativamente a realidades mais abrangentes. Sempre que possível é feita referência às metas europeias subscritas no quadro do Portugal 2020.

A grande referência utilizada neste ponto (tal como deriva da Lei) foi a Carta Educativa do Porto (2017) – o instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial que orienta a estratégia de desenvolvimento do sistema educativo municipal para o horizonte temporal de uma década.

A educação é um tema do qual está dependente o desenvolvimento social e económico de um país, de uma região e de uma cidade. A empregabilidade e atratividade de uma região estão diretamente correlacionados com o grau de competências que os cidadãos da mesma região possam ter.

“A necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentivasse e orientasse os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, conferiram à Educação e à Escola um papel progressivamente maior na sociedade e atribuíram-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste contexto, ao longo dos últimos anos, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, conferindo uma relevância acrescida aos Sistema Educativos.”²

Nas últimas décadas, Portugal tem vindo a sofrer alterações significativas em termos de educação, a começar pela obrigatoriedade de todo o cidadão frequentar a escola, legalmente definida.

O Quadro Estratégico "Educação e Formação 2020"³, em articulação com as prioridades definidas na Estratégia Europa 2020⁴, definiu metas claras em termos de educação para o horizonte temporal de 2020:

² Carta Educativa do Porto; 2017;

³ Referencial Dimensão Europeia da Educação; 2016;

⁴ https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy_pt

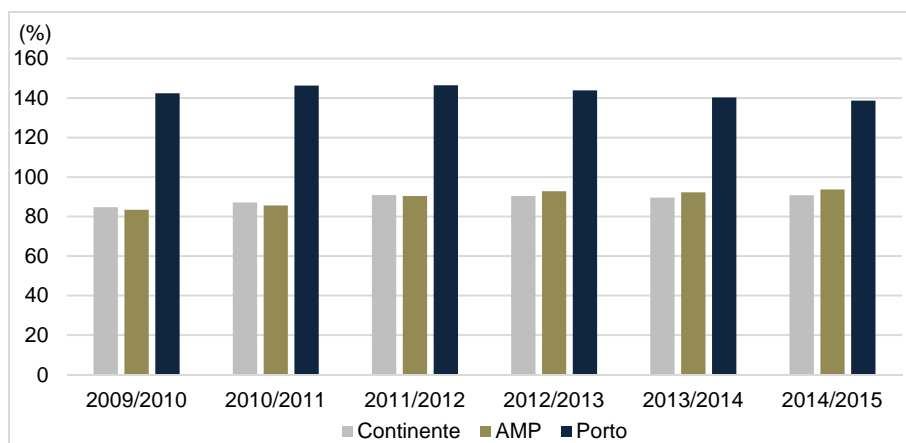
- o uma média de pelo menos 15% de adultos deverá participar na aprendizagem ao longo da vida;
- o a percentagem de alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências deverá ser inferior a 15%;
- o a percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de ensino superior deverá ser de pelo menos 40%;
- o a percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação deverá ser inferior a 10%;
- o pelo menos 95 % das crianças entre 4 anos e a idade de início do ensino primário obrigatório deverão participar no ensino pré-escolar.

Como já foi dito, será também à luz destas metas que, sempre que possível, serão lidos alguns dos indicadores analisados.

Uma das apostas foi o reforço da taxa de cobertura do Ensino Pré-Escolar⁵ em que se inicia o percurso educativo das crianças.

A taxa bruta de pré-escolarização⁶ é muito superior no Porto comparativamente com os outros âmbitos geográficos em análise. Os dados disponíveis para o ano letivo de 2015-2016 indicam que o Porto tem uma taxa de pré-escolarização na ordem dos 139%, enquanto a AMP (17 concelhos) e o Continente registam, respetivamente, 94% e 91% (Gráfico 16).

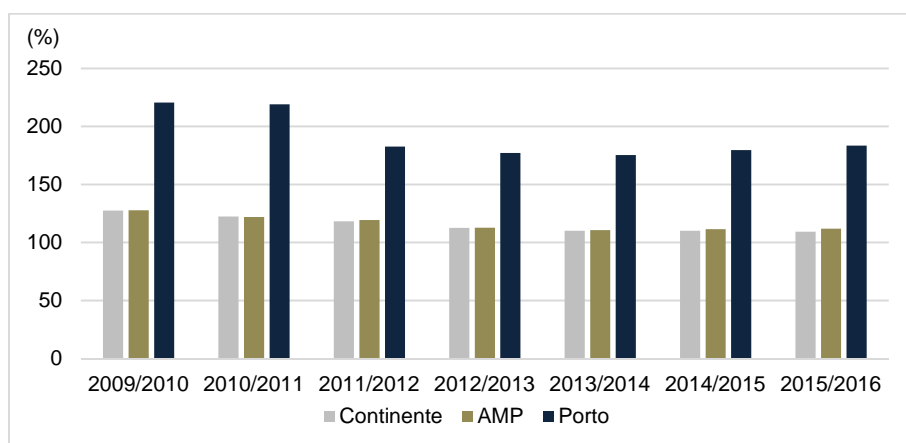
Gráfico 16 – Taxa bruta de pré-escolarização



Fonte: INE; Anuários estatísticos

Relativamente aos indicadores taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário, pode verificar-se da leitura dos gráficos seguintes, a situação favorável do concelho do Porto relativamente aos outros âmbitos geográficos em análise. No que concerne ao ensino básico⁷, para o último ano com dados disponíveis, o Porto regista 183%, enquanto a AMP e o Continente registam 112% e 109%, respetivamente (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Taxa bruta de escolarização – ensino básico



Fonte: INE

⁵ A educação pré-escolar destina-se a crianças entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico;

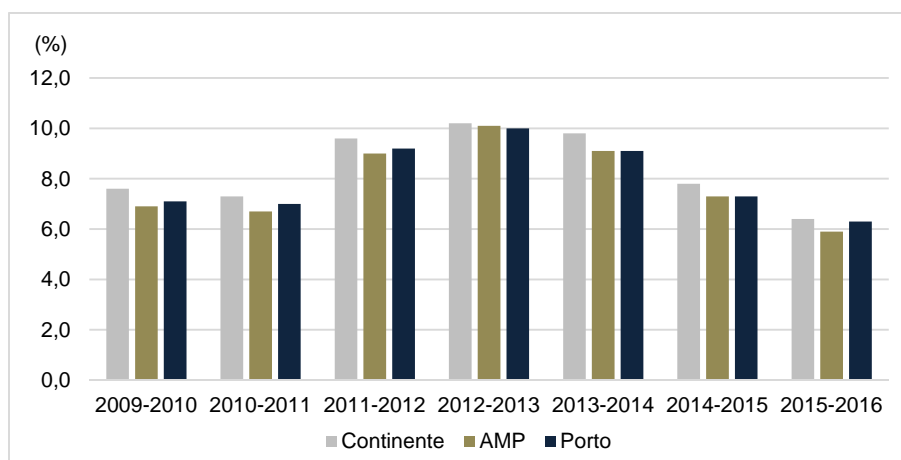
⁶ A taxa de pré-escolarização consiste na relação entre o número total de crianças inscritas na educação pré-escolar (sejam ou não residentes) e o número de crianças residentes com idade de 3 a 5 anos;

⁷ 1º, 2º e 3º ciclos de ensino

Relativamente à taxa de retenção e desistência no ensino básico regular⁸ verifica-se que o Porto (6,3%) apresenta valores muito próximos aos do Continente (6,4%), enquanto a AMP regista um comportamento mais favorável na ordem dos 5,9%.

No concelho, depois de um agravamento da tendência nos anos letivos de 2011-12 e 2012-13, os três anos subsequentes registaram um desagravamento da tendência equivalente a 3,7 pontos percentuais entre os anos letivos de 2012-13 e 2015-16. Os valores para a AMP e o Continente registaram um comportamento idêntico (Gráfico 18).

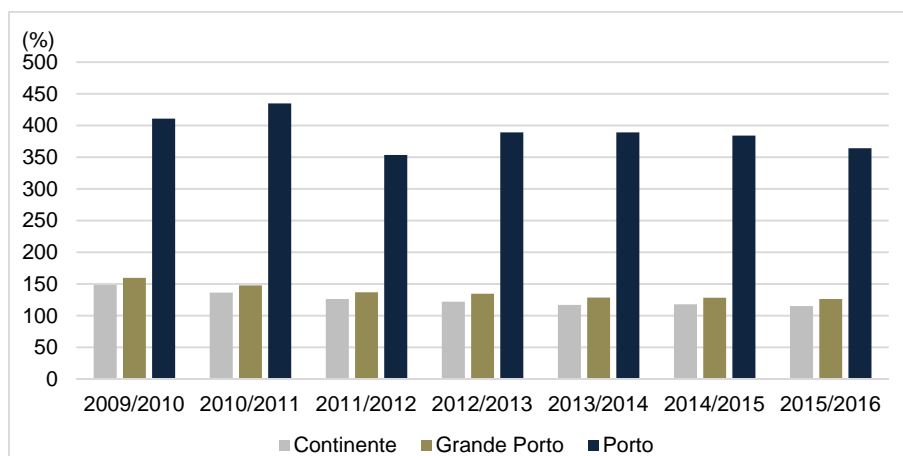
Gráfico 18 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular



Fonte: INE; Anuários estatísticos

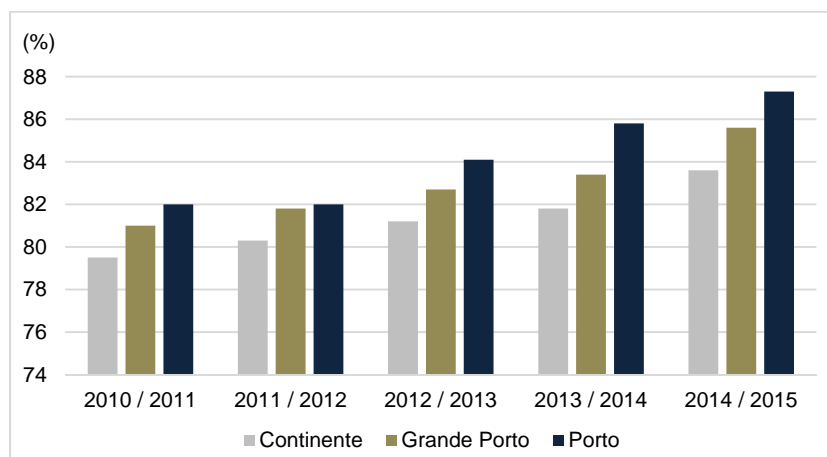
O fosso entre os âmbitos geográficos em análise acentua-se quando se analisam as taxas brutas de escolarização referentes ao ensino secundário, conforme se pode observar no gráfico seguinte. O Porto regista no ano letivo de 2015-16 uma taxa de 364%, a AMP 118% e o Continente 115%. Cruzando estes dados com os contidos no ponto relativo às deslocações pendulares do presente relatório, conclui-se que são muitos os que estudam no Porto e residem nos concelhos vizinhos, facto que ajuda a compreender as elevadas taxas brutas de escolarização registadas no Porto, nos diferentes níveis de ensino (Gráfico 19).

⁸ O ensino básico regular é universal, obrigatório e gratuito, visando assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Tem a duração de nove anos e compreende três ciclos sequenciais, de quatro, dois e três anos, sucessivamente.

Gráfico 19 – Taxa bruta de escolarização – Ensino secundário


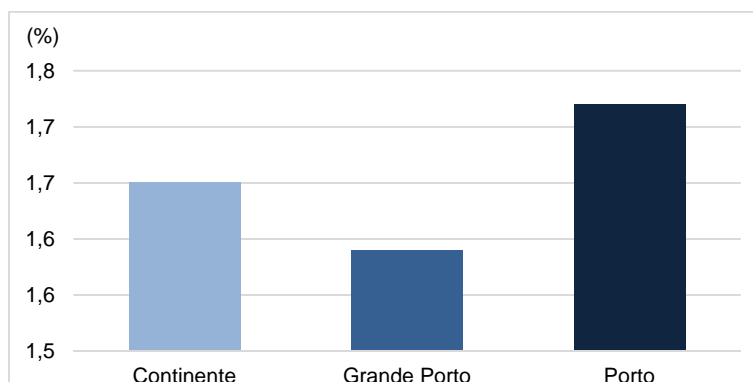
Fonte: INE; Anuários estatísticos

A taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular é superior no Porto relativamente aos outros âmbitos territoriais, apresentando o Porto uma taxa de conclusão 87,8%, o Grande Porto 86,8% e o Continente 84,5%. A tendência ao longo dos anos tem sido de subida da taxa de conclusão deste nível de Ensino, apresentando em todos aos âmbitos territoriais acréscimos de cerca de 5 pontos percentuais no período temporal em análise (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (total)


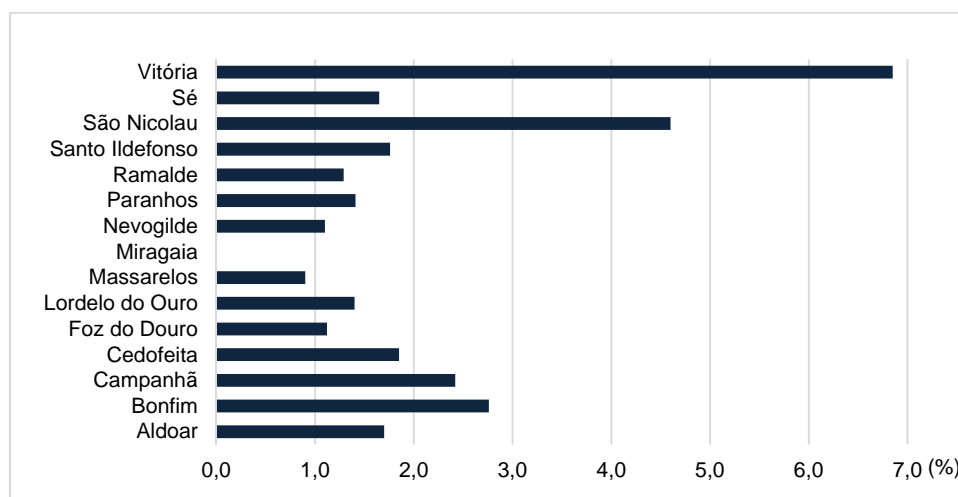
Fonte: INE; Anuários estatísticos

Os dados censitários revelam que o Porto, em termos de taxa de abandono escolar tem um comportamento semelhante ao do Continente (1,7%) enquanto a AMP regista um valor um pouco melhor (1,6%) (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Taxa de abandono escolar por local de residência (2011)


Fonte: INE; Censos 2011

No entanto, e ainda com base nos dados censitários, verifica-se que em termos concelhios a taxa de abandono escolar por freguesia revela disparidades intraurbanas acentuadas. As freguesias da Vitória e S. Nicolau (que atualmente integram a união de freguesias mais central) apresentam valores bem acima da média portuense com respetivamente 6,9% e 4,6%. As freguesias do Bonfim e Campanhã registando 2,8% e 2,4% também se situam bem acima da média concelhia em termos de abandono escolar (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Taxa de abandono escolar por local de residência (2011)


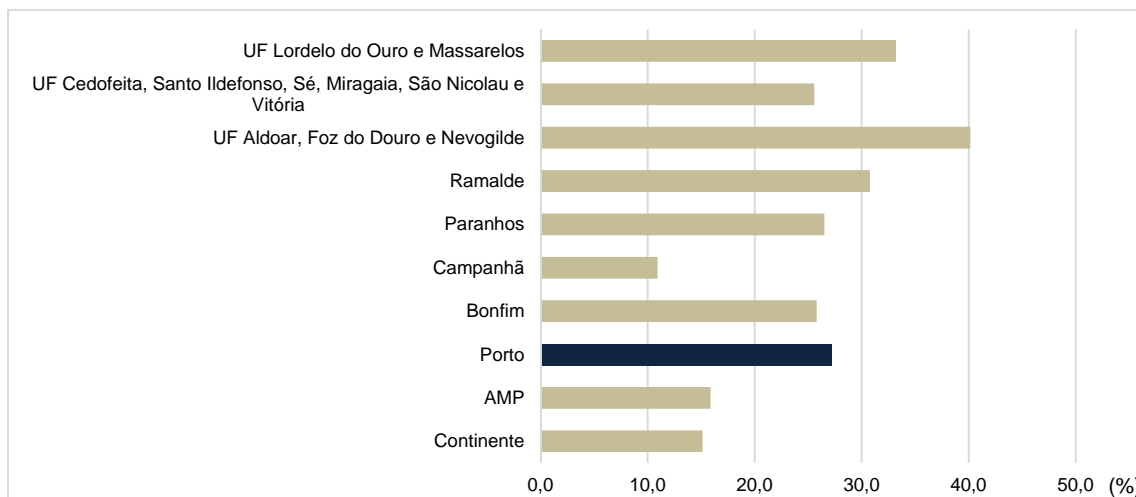
Fonte: INE; Censos 2011

Recorrendo aos últimos dados censitários verifica-se que a no concelho do Porto a proporção de residentes com habilitações de nível superior é elevada (27%) comparativamente com a registada na AMP (16%) e no Continente (15%).

Ao nível intra-concelhio existem contudo disparidades com expressão assinalável. A UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde regista 40%, a UF de Lordelo do Ouro e Massarelos 33% e a

freguesia de Ramalde 31%. A freguesia de Campanhã em que apenas 11% da população residente tem qualificação superior revela mais uma das suas profundas vulnerabilidades (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Proporção da população residente com ensino superior completo (2011)



Fonte: INE; Censos 2011

O Porto apresenta uma oferta de ensino universitário com grande capacidade de atração e áreas de investigação de enorme prestígio, o que contribuirá certamente para fixar muita desta população.

Os dados censitários permitem aferir a tendência global de evolução na melhoria do acesso à educação, em relação a década passada.

3. Condições habitacionais

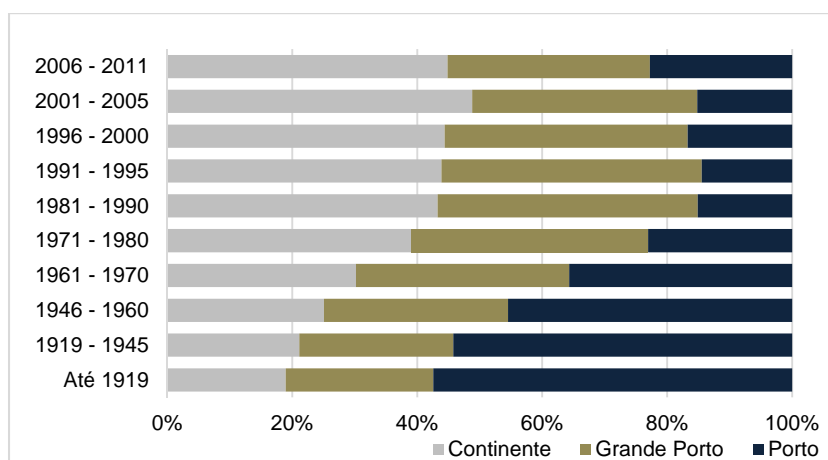
A análise das características do parque habitacional incide nos aspetos mais diretamente relacionados com situações de vulnerabilidade, como é o caso do estado de conservação do parque habitacional, da acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada, das condições de conforto em termos de dotação de infraestruturas básicas e das carências quantitativas. Os dados estatísticos utilizados são provenientes do último Recenseamento Geral da População, tendo sido tratados no âmbito da elaboração do documento “Censos 2011 - Parque habitacional”, elaborado pela Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara municipal do Porto.

3.1 Estado de conservação do parque habitacional e época de construção

O Porto tem um parque habitacional envelhecido, verificando-se que a idade média dos edifícios é de 61 anos, bastante superior à registada no Grande Porto (42) e no País (38).

Os números evidenciam o elevado grau de consolidação do tecido urbano da cidade, em que quase 60% dos edifícios do concelho foram construídos antes do início da década de sessenta e 83% antes da década de oitenta. No confronto com as outras unidades geográficas de referência verifica-se ser muito diferente a antiguidade do edificado. No Grande Porto, até ao início da década de sessenta havia sido construído 30% do edificado e 60% até ao início dos anos oitenta e, no Continente, a mesma proporção era de, respetivamente, 25% e 54% (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Edifícios segundo a época de construção, 2011

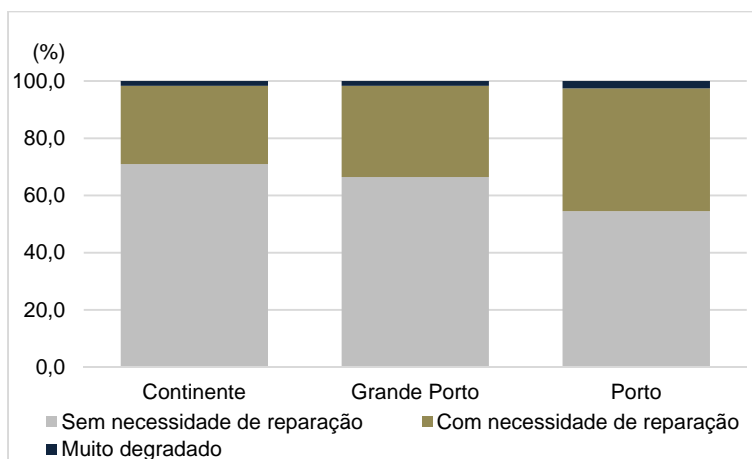


Fonte: INE

Quando se analisam os dados relativos ao estado de conservação verifica-se que, em termos médios, a posição do Porto é mais desfavorável do que a do Grande Porto, e ainda mais

desfavorável que a do Continente. Assim, enquanto o Grande Porto regista uma proporção de 2% dos edifícios *muito degradados* e 32% de edifícios *com necessidade de reparação*, o Porto apresenta, respetivamente, valores de 3% e 43%. O Continente apresenta 71% dos edifícios *sem necessidade de reparação* e 2% de edifícios *muito degradados* (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Edifícios segundo o estado de conservação, 2011



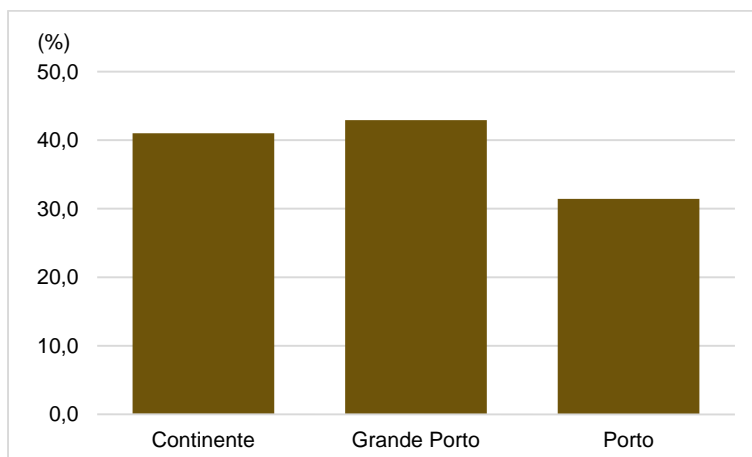
Fonte: INE

3.2 Acessibilidade

Entre os fatores mais frequentemente ligados à idade do parque habitacional, surge a questão da acessibilidade aos edifícios para pessoas em cadeira de rodas.

Relativamente a este indicador, e com base nos dados dos últimos Censos, constata-se a situação muito desfavorável do Porto relativamente aos outros dois âmbitos territoriais de referência. Efetivamente, a proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas é quase 10 pontos percentuais inferior no Porto face ao Continente e mais de 11 pontos percentuais inferior ao do Grande Porto (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas, 2011



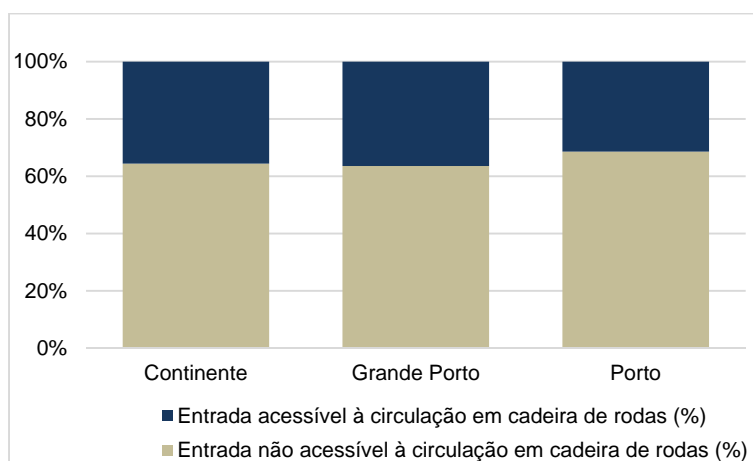
Fonte: INE

Relativamente à acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, o recenseamento de 2011 incide em duas variáveis particularmente relevantes, designadamente o acesso à entrada e aos alojamentos por cadeira de rodas (no caso dos edifícios com pelo menos três alojamentos) e a presença de elevador.

No concelho do Porto 69% dos edifícios em questão são inacessíveis à entrada em cadeira de rodas pelo que a presença de elevador se torna, nestes casos, inútil para pessoas com mobilidade condicionada (Gráfico 27).

A este respeito verifica-se existir uma situação ligeiramente mais favorável na unidade territorial Continente (64%) e ainda mais favorável para o Grande Porto (64%).

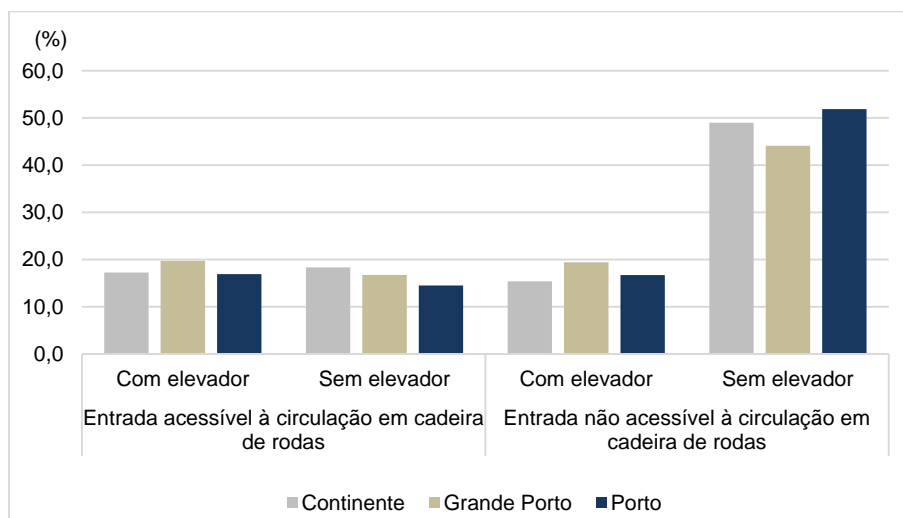
Gráfico 27 – Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, segundo a acessibilidade da entrada, 2011



Fonte: INE

A proporção de edifícios verdadeiramente acessíveis é, no entanto, muito inferior. Se entendermos por índice de acessibilidade a proporção dos edifícios com pelo menos três alojamentos que permitem o acesso de pessoas de mobilidade condicionada a todos os alojamentos (o que no caso dos que têm pelo menos dois pisos implica a presença de elevador), verifica-se que apenas 17% dos edifícios do Porto cumprem estas condições. A situação para o Grande Porto é de 20% e para o Continente 17% (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, segundo a acessibilidade da entrada e existência de elevador, 2011



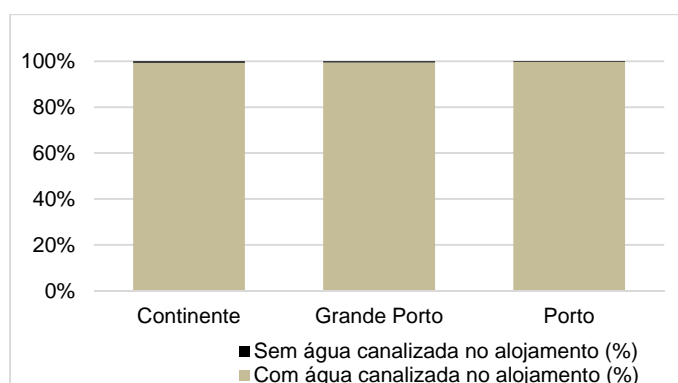
Fonte: INE

3.3 Condições de conforto

Os alojamentos familiares de residência habitual do Porto, tal como nas outras unidades territoriais de referência, encontram-se quase totalmente dotados das infraestruturas básicas cuja presença é tida como um indicador essencial de conforto habitacional.

Assim, 99,7% dos alojamentos do concelho encontram-se ligados a um sistema de abastecimento de água. Os valores de referência para o Grande Porto e para o Continente são muito próximos, respetivamente 99,5% e 99,3% (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Proporção de alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de água canalizada, 2011

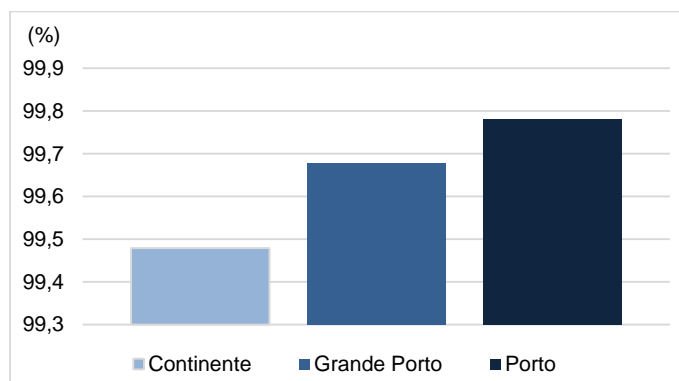


Fonte: INE

Relativamente à existência de sistema de drenagem de águas residuais o Porto tem 99,8% de alojamentos familiares dotados dessa infraestruturas. O Grande Porto e o Continente registam,

respetivamente, 99,7% e 99,5% (Gráfico 30). Refira-se que relativamente a ambos os indicadores, o recenseamento inclui quer a ligação às redes públicas, quer a sistemas privados (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Proporção de alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de sistema de drenagem de águas residuais, 2011



Fonte: INE

No Porto, a proporção de alojamentos com instalações de banho é de 98% - valor também registado nas unidades de referência Grande Porto e Continente. Relativamente à existência da instalação retrete todos os âmbitos de análise utilizados registam 99%.

3.4 Carências quantitativas

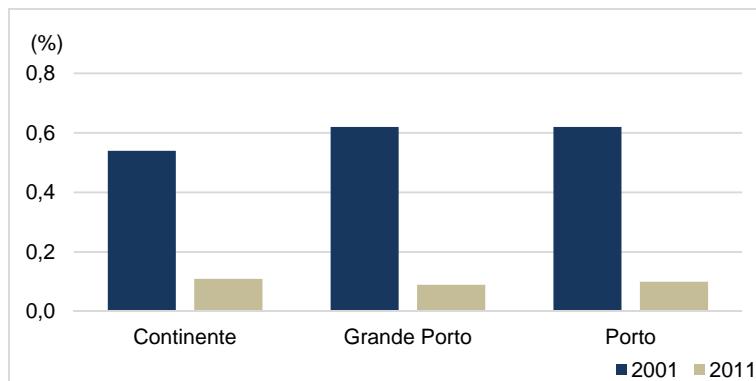
O INE identifica como “carências quantitativas” um conjunto diversificado de situações, incluindo os alojamentos familiares não-clássicos (como barracas), as situações de ocupação partilhada, os alojamentos coletivos e os alojamentos necessários para assegurar o funcionamento do mercado e a mobilidade da população (estimados em 2% do número de famílias clássicas).

Os critérios utilizados pelo instituto para identificar e calcular as carências quantitativas não são consensuais. A residência em alojamentos coletivos não é necessariamente indesejável, podendo ter origem em opções individuais. O mesmo se verifica no caso das situações de ocupação partilhada, entendidas como a diferença entre o número de famílias que residem em alojamentos familiares clássicos de residência habitual e o número de alojamentos deste tipo. Por outro lado, o método de cálculo utilizado pelo INE para estimar a “reserva” de fogos necessários para assegurar o funcionamento do mercado também não é consensual.

Apesar destas dificuldades, os dados censitários permitem aferir a tendência global de evolução das dificuldades no acesso à habitação sentidas na década passada. Esta é

genericamente favorável, verificando-se uma diminuição acentuada das situações de partilha e, sobretudo, do número de alojamentos não-clássicos, a mais grave e inequívoca das situações de carência observadas (Gráfico 31).

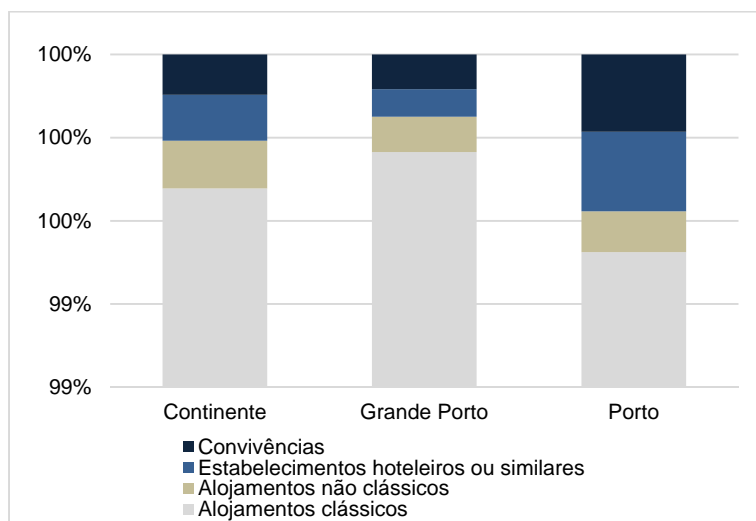
Gráfico 31 – Evolução da proporção de alojamentos não clássicos, 2001-2011



Fonte: INE

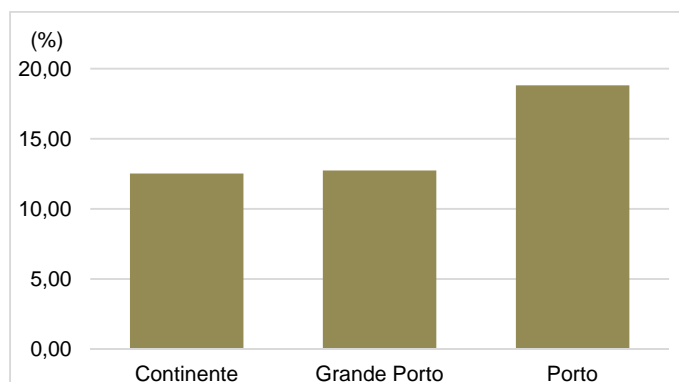
Com efeito, o número de alojamentos não clássicos diminuiu de 773 unidades, em 2001, para 135, decorridos dez anos. Verificou-se ainda um ligeiro aumento do número de residentes em alojamentos coletivos, a par de uma certa estabilidade quanto à capacidade de assegurar o funcionamento do mercado. No período intercensitário registou-se uma diminuição dos fogos vagos em todos os âmbitos geográficos de referência (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Carências quantitativas, 2011



Fonte: INE

No período intercensitário registou-se uma diminuição dos fogos vagos em todos os âmbitos geográficos de referência. O número de alojamentos familiares clássicos vagos disponíveis para arrendamento ou venda excede amplamente as carências quantitativas na maioria das freguesias. A proporção de alojamentos familiares clássicos vagos é relativamente superior no Porto, comparativamente com as outras duas unidades geográficas de referência (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos, 2011

Fonte: INE

Se esta situação pode, de algum modo, ser considerada confortável numa perspetiva de resolução futura deste tipo de carências (pelo menos os fogos necessários já estão construídos...) revela, por outro lado, distorções do mercado que inviabilizam um acesso de todos a uma habitação condigna. O preço dos alojamentos, o acesso ao crédito e as deficiências de funcionamento do mercado de arrendamento são algumas das variáveis que mais contribuem para o desequilíbrio entre a disponibilidade de fogos vagos e a dimensão das carências existentes.

O Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional⁹, coordenado pelo IHRU em 2017, teve por objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais graves existentes no país e servir de base à preparação e implementação do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação.

O levantamento visou referenciar de forma tão exaustiva quanto possível, as situações que, em cada município, carecessem de realojamento com base nos seguintes critérios cumulativos:

- Construções que têm que ser demolidas;
- Onde existem situações de precariedade habitacional;
- Que constituem residência permanente dos agregados familiares nelas residentes.

O levantamento levado a cabo no Porto¹⁰ permitiu identificar quase 2100 famílias em situação de grave carência habitacional.

“As situações identificadas abrangem todas as freguesias do Porto. Têm uma expressão espacial diferenciada, sendo mais intensas em Campanhã, na União das Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória, e no Bonfim. Assumem características distintas em cada um destes espaços: associam-se claramente às “ilhas”, no caso de Campanhã; integram predominantemente edifícios multifamiliares, no caso das

⁹ Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional; IHRU; 2017;

¹⁰ Levantamento municipal das necessidades de realojamento habitacional – Porto; Paulo Conceição (Coord.);

freguesias mais centrais; compreendem uma maior diversidade de tipologias, no caso do Bonfim.”¹¹

3.5 Acesso à habitação a custos controlados

Em anos recentes, assistimos a um incremento significativo das dificuldades de acesso à habitação por parte de uma parcela significativa da população. Esta é constituída em grande medida por jovens cujos rendimentos são insuficientes para aceder quer aos mecanismos de crédito hipotecário, quer ao mercado de arrendamento “livre” (ou seja, sem qualquer apoio publico). São, no entanto, suficientemente elevados para excluírem esta população do arrendamento social.

As razões para esta evolução são várias, tendo sido abordadas no relatório setorial relativo à habitação e dinâmicas urbanísticas. A crise financeira da passada década originou o quase colapso do crédito hipotecário, excluindo desta modalidade de acesso segmentos da população que anteriormente aspiravam à habitação própria. Simultaneamente, a crescente apetência dos estrangeiros e de aforradores nacionais que compreensivelmente desconfiavam da solidez da banca provocou uma corrida à aquisição de imóveis que rapidamente inflacionou os preços.

O mercado de arrendamento, inicialmente apresentado como uma alternativa ao crédito, sofreu igualmente uma evolução altamente desfavorável aos jovens e à classe média-baixa e baixa, nomeadamente no Porto e em Lisboa. Num contexto de rápido crescimento da atividade turística, o Alojamento Local (AL), que pelo menos em teoria oferece rendibilidades mais elevadas do que o arrendamento tradicional, “esvaziou” a oferta dirigida a este último¹². Como consequência desta evolução, as rendas aumentaram incessantemente nos últimos anos^{13,14}, sem que os incentivos governamentais de apoio ao arrendamento a custos controlados tenham contrariado esta evolução. Já em 2017, a DECO estimava em €792 o valor médio da renda de um T2 no Porto, bem acima dos € 591 estabelecidos como teto máximo pelo programa Porta 65, que subvenciona uma parte do valor pago por jovens arrendatários.

Em 2017, o valor das rendas por m² ascendia no Porto a €6,77, bem acima da média nacional de €4,39, embora inferior aos valores praticados em Lisboa (€9,62), Cascais (€8,06) e Oeiras (€7,64). Na zona Ocidental da cidade, porém, os valores atingem já €7,23 (União de

¹¹ Idem

¹² Este fenómeno poderá ser analisado de forma mais detalhada no capítulo do presente relatório centrado na base económica.

¹³ Segundo o INE, o número de contratos celebrados no Porto diminuiu de mais 5500, em 2017, para cerca de 500, em 2012.

¹⁴ Confidencial Imobiliário (2017) *Dossier Habitação Renda e Arrendamento: Valorização residencial atravessa quase todo o país*. Edição de Junho de 2017.

Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e €7,26 (União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos)¹⁵.

A conjugação de todos estes fatores – crescentes dificuldades de acesso ao crédito, incremento das rendas e do valor dos imóveis – terá provavelmente intensificado o processo de “periferização” da população residente que o Grande Porto conhece desde há várias décadas.

¹⁵ Dados provenientes do destaque informativo do INE “Estatísticas de Rendas da Habitação a Nível local”, de março de 2018.

4. Segurança

A incidência de criminalidade num dado território é um dos indicadores mais diretos para aferir a segurança individual e coletiva e, neste sentido, constitui um dos pilares fundamentais para avaliar a sua qualidade de vida e bem-estar. Combater o crime e assegurar um clima de segurança constituem preocupações maiores no centro urbano do Porto, o qual regista presentemente uma intensa dinâmica de utilização da cidade, muito marcada pela procura turística, exigindo das forças de segurança uma atenção permanente.

A análise da criminalidade participada às Forças e Serviços de Segurança nos últimos anos, no período compreendido entre 2010 e 2015, revela uma tendência evolutiva constante quando se compara o País e o concelho do Porto. Na cidade do Porto registou-se uma variação positiva mais elevada da criminalidade (5,5%) relativamente ao território nacional (1,3%), no período em análise (Quadro 1).

Quadro 1 – Evolução do Total de Ocorrências Participadas às FSS

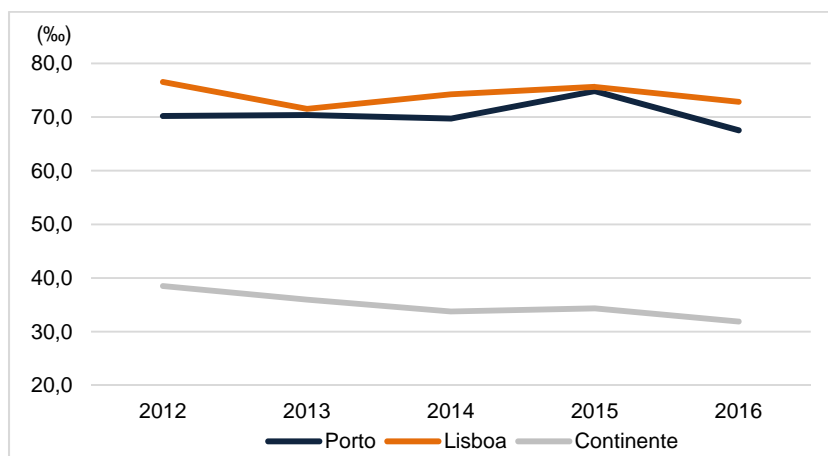
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Var. 2014-2015	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%
Portugal	424252	415325	404917	376403	351311	356032	4721	1,3
Porto	16761	15987	15970	15638	15212	16056	844	5,5

Fonte: Diagnóstico Local de Segurança do Porto (2018) - Versão provisória do documento

Comissão Interministerial dos CLS

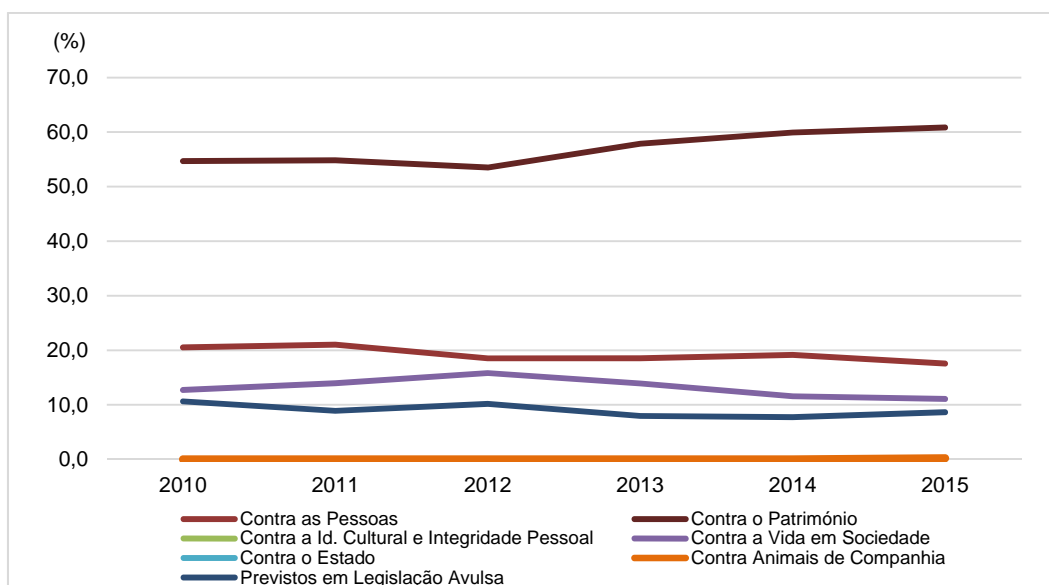
Analisando a criminalidade nas grandes áreas urbanas, de Lisboa e do Porto, constata-se que a linha de tendência é semelhante, numa oscilação da taxa de criminalidade, que vai alternando entre os 67 e os 76 crimes por cada mil habitantes, ao longo dos últimos 5 anos. Em Lisboa há registo de um valor mais elevado da taxa de criminalidade no ano de 2012, situado nos 76 crimes por cada mil e, no Porto, o valor mais elevado da criminalidade no Porto ocorreu em 2015 com 75 crimes por 1000 habitantes.

No último ano, de 2016, para o qual há informação disponível, a criminalidade mais elevada regista-se em Lisboa, com 73 crimes por 1000 habitantes, a que se segue o Porto com 67 crimes por 1000 habitantes. O Continente tem um registo da taxa de criminalidade bastante inferior, na ordem dos 32 crimes por cada mil, em 2016 (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Taxa de criminalidade


Fonte: INE (Direção Geral da Política de Justiça)

A análise da evolução da criminalidade no Porto, por tipologia de crime (de acordo com o gráfico abaixo) no período compreendido entre o ano 2010 e 2015, permite constatar uma maior expressão percentual do crime contra o património, na ordem dos 61%, logo seguido do crime contra as pessoas, fixado nos 18%. Os restantes tipos de crime situam-se abaixo do valor de 11%. De referir relativamente ao crime contra os animais de companhia o facto de apresentar um valor pouco expressivo de 0,2%, tendo sido apenas no ano de 2014 que passou a ser legislado como crime (Gráfico 35).

Gráfico 35 - Ocorrências participadas às Forças e Serviços de Segurança no Concelho do Porto, por Grande Categoria Criminal


Fonte: Diagnóstico Local de Segurança do Porto - 2018 (versão provisória); Comissão Interministerial dos CLS

Com o objetivo de assegurar a segurança da população, têm sido desenvolvidos e implementados pelas Forças de Segurança Pública programas gerais de prevenção e policiamento, particularmente importantes na proteção de grupos mais vulneráveis da população como crianças e idosos, procurando elevar o sentimento de segurança destes grupos.

Com o objetivo de reforçar o policiamento de proximidade foi lançada uma nova geração de programas – CLS – Contratos Locais de Seguranças – em 24 cidades do país, aqui se incluindo o Porto e que têm por base a concertação ente os vários níveis da administração central, autarquias e parceiros locais em interação com a comunidade. Os CLS têm como objetivo encontrar as respostas mais adequadas às circunstâncias e particularidades de cada território, diferenciando nomeadamente as zonas urbanas de maior risco social e outras onde ocorram fenómenos atípicos que possam alterar o quotidiano dos cidadãos.

É neste sentido que se enquadra o Contrato Local de Segurança (CLS) celebrado entre o Ministério da Administração Interna e o município do Porto, no passado dia 14 de julho de 2017, o qual abrange, numa primeira fase, os Bairros do Cerco e da Pasteleira.¹⁶

¹⁶ No âmbito do Contrato Local de Segurança (CLS) do Porto foi elaborado um Diagnóstico de Segurança, cujo documento, já referido no texto, se encontra em “fase de validação” pela respetiva Comissão Interministerial

5. Saúde

O presente capítulo visa explorar diversos dados relativos à saúde, bem como algumas mudanças que têm ocorrido no Porto e no país, neste domínio. A saúde é um tema implicitamente ligado ao dia-a-dia e à qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, é uma área com implicações diretas no desenvolvimento do território onde se insere e que importa planear em termos de desenvolvimento futuro de acordo com as transformações que a própria cidade vai sofrendo.

Múltiplos estudos demonstram que existe uma conexão forte e dinâmica entre as condições socioeconómicas e a saúde, condições essas que percorrem toda a vida do indivíduo, desde a infância até à morte. Em particular, tem vindo a ser demonstrada, na generalidade dos países, uma associação forte entre a pobreza e os baixos níveis de saúde.

Nas duas últimas décadas foram efetuados vários estudos concretos em Portugal sobre a evolução da saúde, onde se constatou a existência de algumas desigualdades, atribuindo peso fundamental às questões de ordem socioeconómica e às desigualdades espaciais na oferta e utilização dos serviços de saúde.

Estas desigualdades em saúde persistem sobretudo nos grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso dos idosos e dos mais pobres, que cumulativamente se encontram em piores condições de trabalho, de habitação e alimentação inadequada, habitando em locais onde a probabilidade de contacto com serviços de saúde de qualidade é difícil e a continuidade dos cuidados nem sempre é garantida, em consequência da falta de acesso.

Em 2015 foi elaborada a Carta dos Equipamentos de Saúde Primários da cidade do Porto, que teve a colaboração do Departamento Municipal de Planeamento Urbano da Câmara Municipal do Porto, trabalho em que foram desenvolvidos e explanados um conjunto de indicadores que apontavam metas para algumas transformações na cidade em termos de equipamentos de saúde de cuidados primários designados de Centros de Saúde¹⁷.

A metodologia utilizada neste capítulo consistiu na recolha de indicadores de saúde tendo como fontes de informação privilegiadas o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Pordata, a informação de base da já referida Carta dos Equipamentos de Saúde Primários da Cidade do Porto e os dados provenientes dos Perfis Locais, elaborados pelas Administrações Regionais de Saúde.

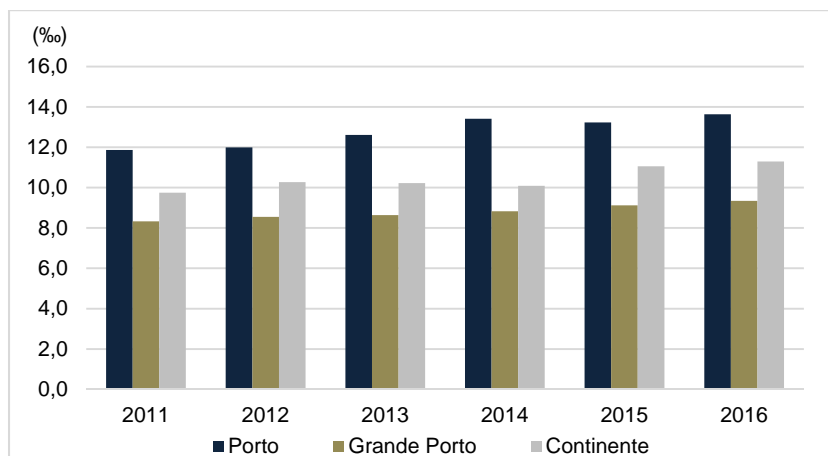
Os indicadores analisados ao longo deste capítulo combinam abordagens a diferentes escalas, sendo, naturalmente, privilegiada a escala do concelho. O confronto entre a realidade do Porto e a Área Metropolitana do Porto e o Continente surge igualmente, e sempre que possível, de forma recorrente, para proporcionar uma melhor compreensão do posicionamento da cidade relativamente a realidades mais abrangentes.

¹⁷ Carta de Cuidados Primários de Saúde da Cidade do Porto;

5.1. Causas de mortalidade

Um dos indicadores fortemente ligados à evolução da saúde, a taxa bruta de mortalidade, tem vindo a aumentar no Porto, à semelhança do observado nos outros âmbitos geográficos em análise, sendo o valor registado em 2016 para o concelho (13,6‰) superior aos registados no Grande Porto (9,3‰) e para o Continente (11‰). Esta tendência tem-se mantido ao longo dos últimos anos, conforme se pode observar no Gráfico 36.

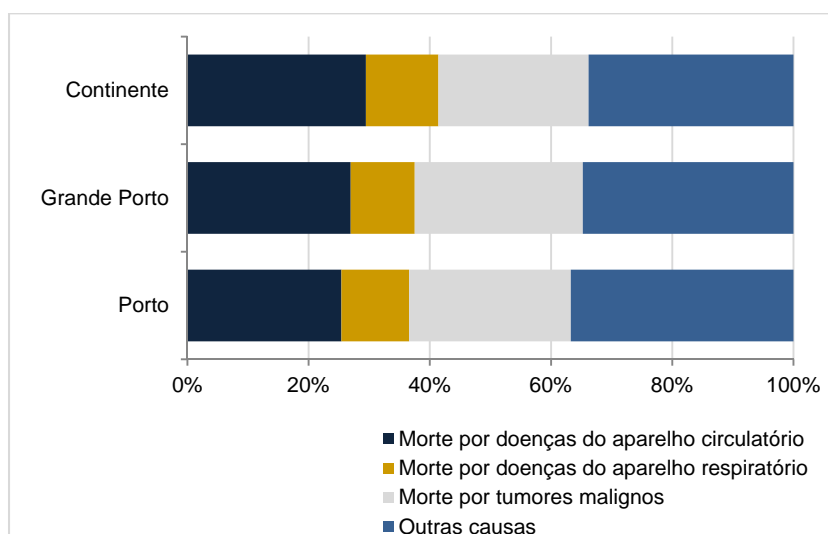
Gráfico 36 – Taxa bruta de mortalidade



Fonte: INE

Desagregando os índices de mortalidade em função das causas de morte, verifica-se que três tipos de doenças são predominantes, designadamente as doenças do aparelho circulatório, as doenças do aparelho respiratório e os tumores malignos. Sem se afastar substancialmente dos restantes espaços de referência, o Porto apresenta um conjunto de causas mais diversificado, sendo visível a maior representatividade da categoria “outras causas” (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Distribuição dos óbitos por causa de mortalidade (2016)

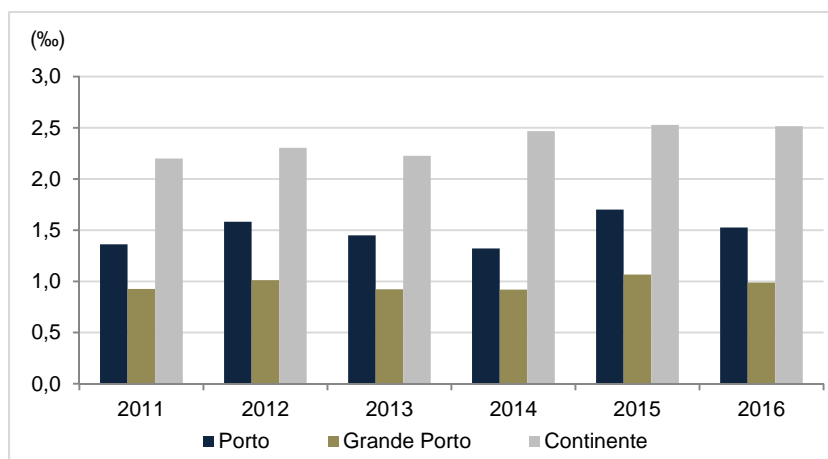


Fonte: INE

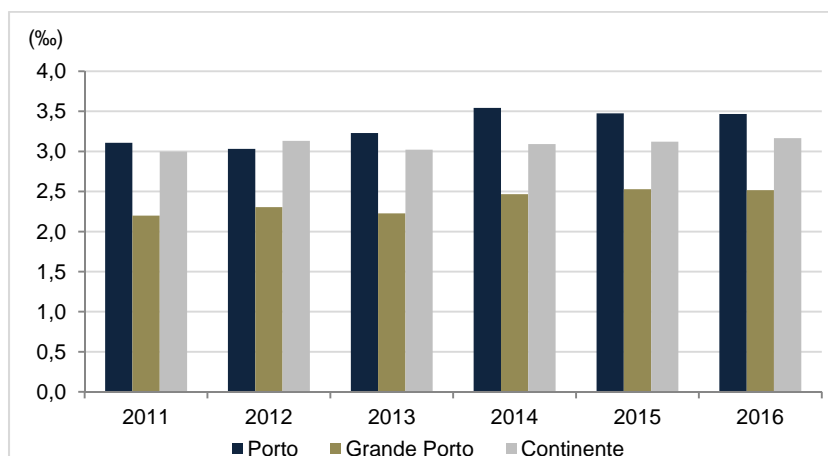
Na perspetiva de evolução temporal dos diferentes tipos de causas, verifica-se que a incidência no Porto manteve-se relativamente estável ao longo dos anos para os quais existem estatísticas desagregadas por concelho. Relativamente aos três conjuntos de doenças mais relevantes, o Porto apresenta resultados mais desfavoráveis do que o Grande Porto e o Continente, verificando-se que apenas no caso das doenças do aparelho respiratório (cujos dados disponíveis são anteriores a 2014) é registada uma aproximação significativa às restantes realidades territoriais (Gráficos 38 a 40).

Os valores da mortalidade alargados ao conjunto da população introduzem, no entanto, uma abordagem muito parcial do confronto entre a realidade do Porto a as de outros territórios de referência. Com efeito, na medida em que a população do Porto apresenta-se mais envelhecida do que as do Grande Porto e do Continente, a sua taxa de mortalidade bruta é naturalmente superior às observadas nestes espaços. Trata-se de uma realidade que se agrava à medida que o Porto perde população jovem.

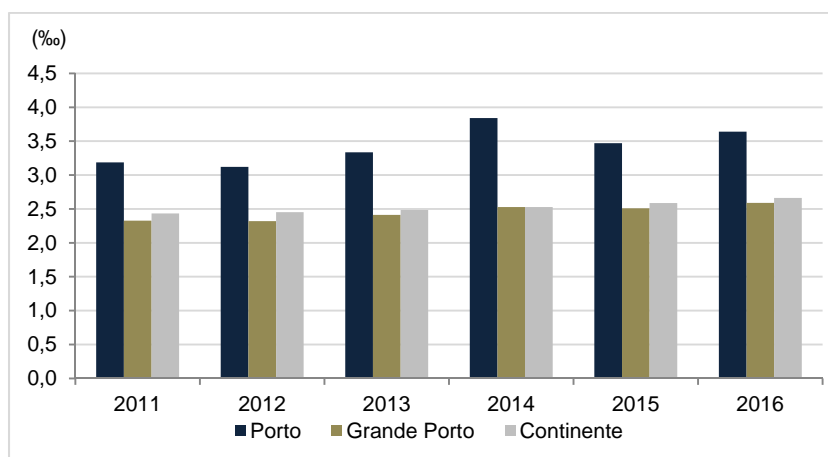
Gráfico 38 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho respiratório



Fonte: INE

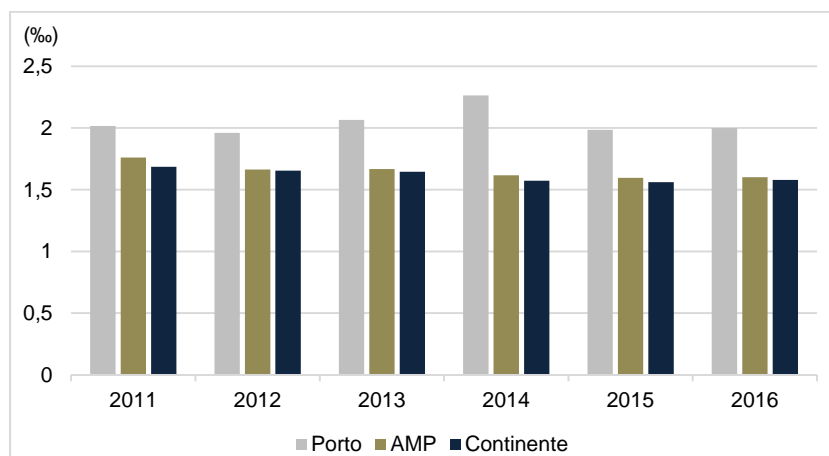
Gráfico 39 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório


Fonte: INE

Gráfico 40 – Taxa de mortalidade por tumores malignos


Fonte: INE

A taxa de mortalidade precoce, medida pelo quociente entre o número de óbitos e a população residente com 65 anos ou menos (igualmente expressa em permilagem), permite de certo modo “corrigir” aquela distorção ao confrontar realidades mais próximas no que respeita à distribuição da população por faixa etária. Este indicador apresenta-se, no entanto, igualmente desfavorável para o Porto, que ao longo dos anos apresenta índices sistematicamente mais elevados do que os restantes territórios de referência (Gráfico 41). Estes resultados deixam em aberto a reflexão sobre a influência dos estilos de vida mais “urbanos” nos índices de mortalidade precoce.

Gráfico 41 – Taxa de mortalidade precoce


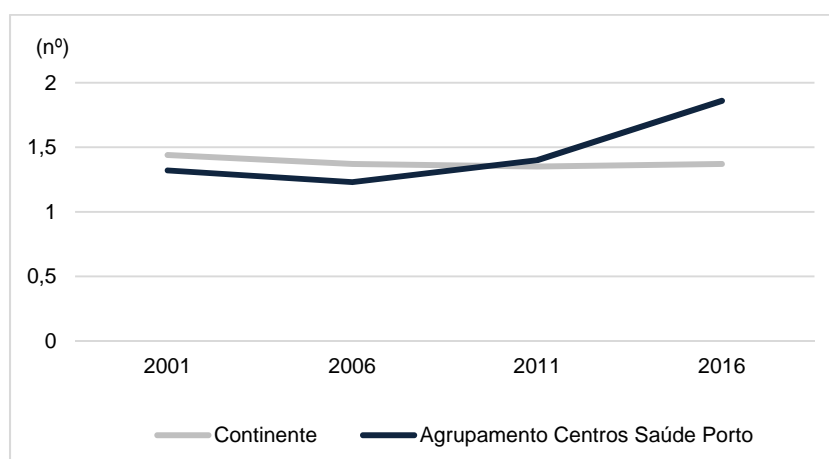
Fonte: INE

5.2. Indicadores gerais do estado de saúde

Na ausência de dados relativos à população residente no concelho do Porto, os elementos de caracterização do estado de saúde da população terão de ser efetuados com relação aos dois agrupamentos de saúde da cidade, Aces Porto Ocidental e Aces Porto Oriental. Esta informação é proveniente da Direção Regional de Saúde (ARS Norte) em particular dos Perfis Locais de Saúde, devendo ser realçado que abrange um universo superior à população residente no Porto, na medida em que a estes centros recorrem utentes provenientes dos municípios vizinhos.

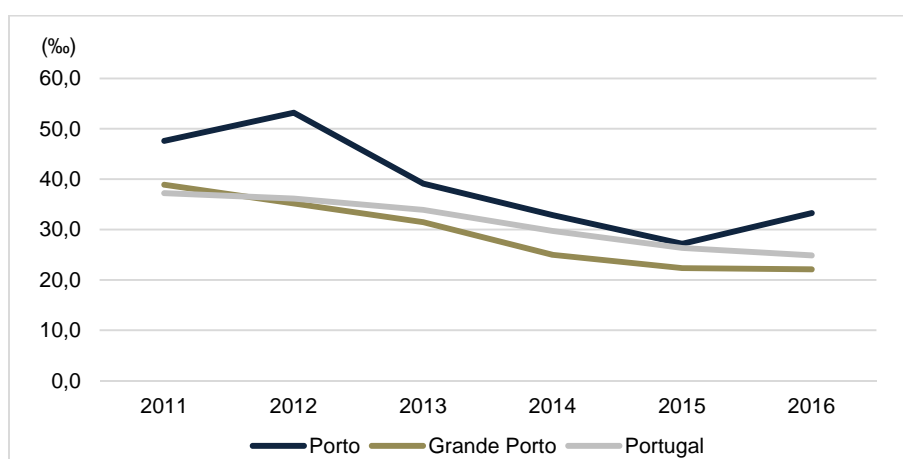
Um indicador relevante na análise do perfil de saúde de uma população é o índice sintético de fecundidade. A tendência deste indicador tem sido decrescente ao longo dos últimos anos no Continente, afastando-se do valor 2,1, considerado nos países desenvolvidos o nível mínimo que permite a substituição de gerações. Analisando o período compreendido entre o ano de 2001 e o ano de 2016, verifica-se que tanto no Continente quanto no Porto o índice sintético de fecundidade não chegou a atingir o valor médio de 1,5 nascimentos por mulher em idade fértil até 2011.

Se se considerar a evolução do índice sintético de fecundidade no Porto (que, tal como referido anteriormente, reporta-se ao universo dos utilizadores dos centros de saúde, e não apenas aos residentes no concelho), este apresenta-se favorável a partir de 2011, chegando a registar, em média, o valor de 1,86 nascimentos por mulher em idade fértil no ano de 2016 (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Índice sintético de fecundidade


Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (INE, IP)

Portugal constituiu, em anos anteriores, um dos países da UE a registar uma das mais elevadas taxas de maternidade na adolescência. Esta situação tem-se alterado e pode observar-se nos anos recentes uma tendência de progressivo decréscimo da maternidade na adolescência (15-19 anos), em todos os âmbitos analisados entre 2011 e 2016. Porém, é ainda no Porto que se regista o valor mais elevado de nados-vivos de mães adolescentes, alcançando um máximo de 50 nascimentos em cada mil no ano de 2012, valor que decresce até ano de 2015. Neste ano, verificou-se uma inflexão desta tendência que permitiu atingir 33 nascimentos por cada mil no ano de 2016 (Gráfico 43).

Gráfico 43 – Nados vivos de mães adolescentes (15-19 anos)


Fonte: INE

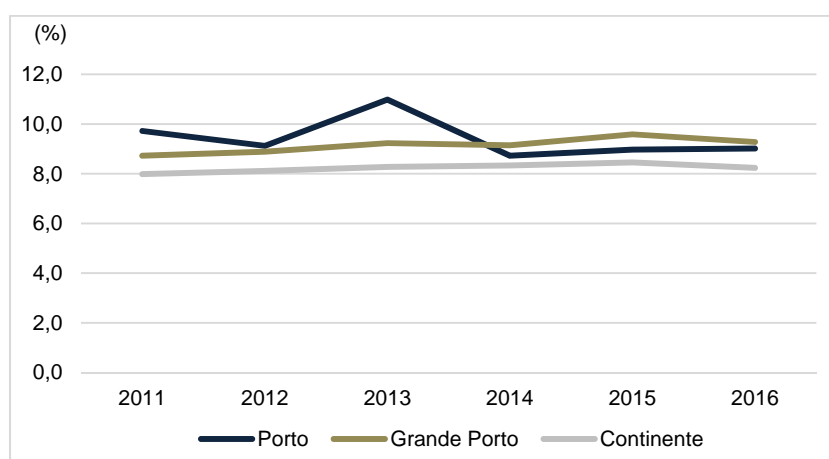
Como é destacado em vários documentos, o estado de saúde da população está associado a um conjunto de determinantes de saúde, nomeadamente as condições de vida e de trabalho,

ao meio físico e a uma série de fatores de risco comportamentais que influenciam o estado de saúde da população. O indicador relativo ao baixo peso à nascença (inferior a 2500gr) é revelador de um problema de saúde pública em todo o mundo e que em Portugal assume também alguma expressão.

As causas várias que conduzem ao baixo peso à nascença (fatores genéticos, socioeconómicos, estilo de vida da mãe, assistência pré-natal e estado nutricional da grávida) exigem cuidados adequados no acompanhamento e vigilância pré-natal, de forma a melhorar o resultado do indicador.

Entre 2011 e 2016, a tendência de evolução do indicador nos âmbitos geográficos analisados é constante, num intervalo de valor entre 8% e 10%, destacando-se no caso do Porto por assumir valores ligeiramente superiores, chegando no ano de 2013 a atingir os 11%, para estabilizar nos anos seguintes, fixando-se nos 9%, mais em paridade com o registado nos outros territórios (Gráfico 44).

Gráfico 44 – Evolução da proporção de crianças com baixo peso à nascença (abaixo de 2500 gramas)



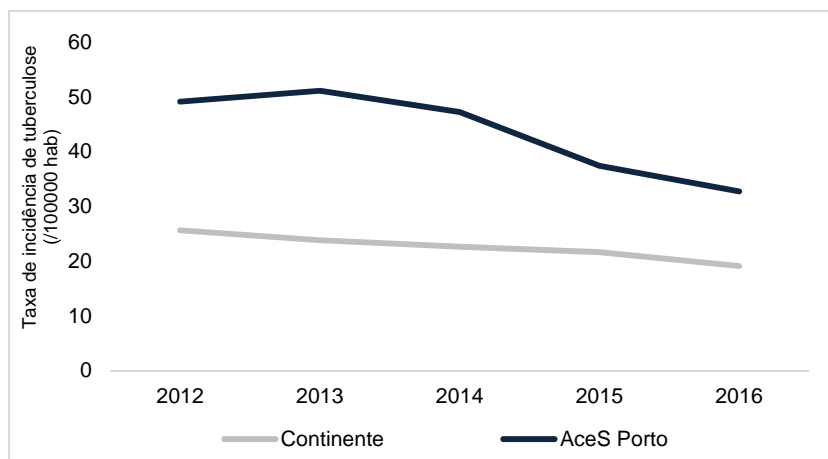
Fonte: INE

Algumas doenças infetocontagiosas não assumem hoje os valores preocupantes do passado, uma vez que nos últimos anos se tem assistido a um decréscimo dos novos casos notificados de doença. A sua monitorização, pelas autoridades de saúde, permite a vigilância permanente do estado de saúde da população. Algumas destas doenças têm um impacto negativo na saúde dos indivíduos, representando uma limitação para a vida ativa, como é o caso do VIH/SIDA e da tuberculose.

No que respeita à tuberculose, e tal como referem os relatórios nacionais, esta tem vindo a diminuir no país, concentrando-se cada vez mais nos grandes centros urbanos e nos grupos vulneráveis e de risco da população, como pessoas sem-abrigo e pessoas infetadas com VIH.

No caso do Porto, que tradicionalmente regista valores mais elevados da taxa de incidência de tuberculose face ao Continente, tem-se assistido a uma progressão positiva na evolução do indicador. De acordo com os dados disponíveis no Perfil de Saúde do Porto 2017, a taxa de incidência de tuberculose decresceu no Porto de 49 casos por 100 000 habitantes registados em 2012, para 33 casos por 100 000 habitantes em 2016. No Continente, tendo-se registado igualmente um decréscimo, de forma menos acentuada, no mesmo período em análise, a taxa de notificação situou-se em 19 casos por 100 000 habitantes, em 2016 (Gráfico 45).

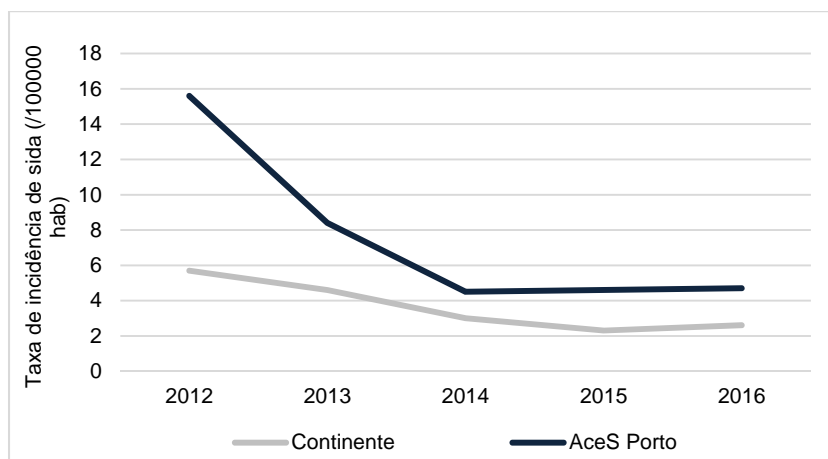
Gráfico 45 – Taxa de incidência de tuberculose (AceS Porto Ocidental e Porto Oriental)



Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SVTB, DGS)

No caso da SIDA, também a evolução do indicador no período em análise, de 2012 a 2016, regista um decréscimo muito significativo dos casos notificados da doença, traduzido na descida acentuada, entre 2012 e 2014 da taxa de incidência, de 16 para 5 novos casos de doença, em cada 100 000 habitantes, tendência esta bastante mais acentuada no Porto comparativamente com a evolução registada no Continente, que se apresenta mais estável (Gráfico 46).

Gráfico 46 – Taxa de incidência de SIDA (AceS Porto Ocidental e Porto Oriental)



Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: DDI_URVE/INSA;IP)

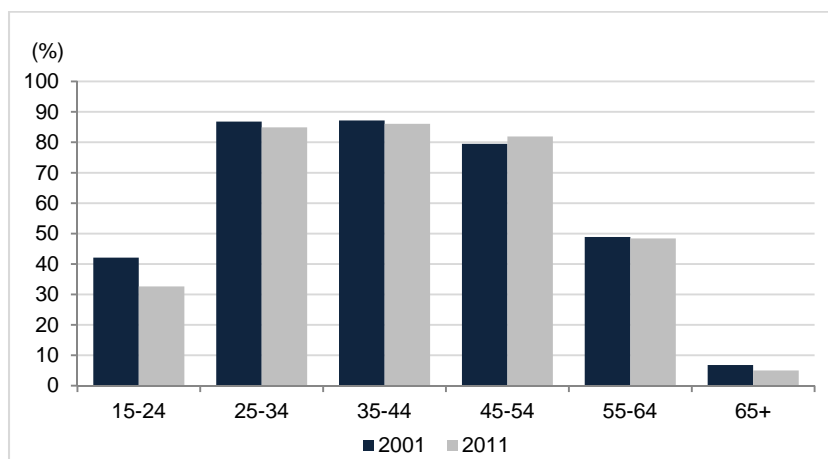
6. Mercado de trabalho

O ponto relativo ao mercado de trabalho centra-se em três dimensões desta realidade, nomeadamente a proporção dos que se encontram inseridos neste mercado (ou que procuram ativamente inserir-se), o desemprego e as remunerações. Sempre que se afigure pertinente, estas perspetivas são cruzadas com o perfil da população ativa no que respeita aos escalões etários, ao género e aos índices de escolarização. A AMP (17 concelhos) e o Continente constituem, uma vez mais, os espaços privilegiados de referência em termos comparativos. São utilizadas três fontes de informação, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) no que respeita à informação censitária; o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP) relativamente à parte dos dados sobre o desemprego e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social (Quadros de Pessoal), no que respeita às remunerações.

6.1 Taxas de atividade e de inatividade

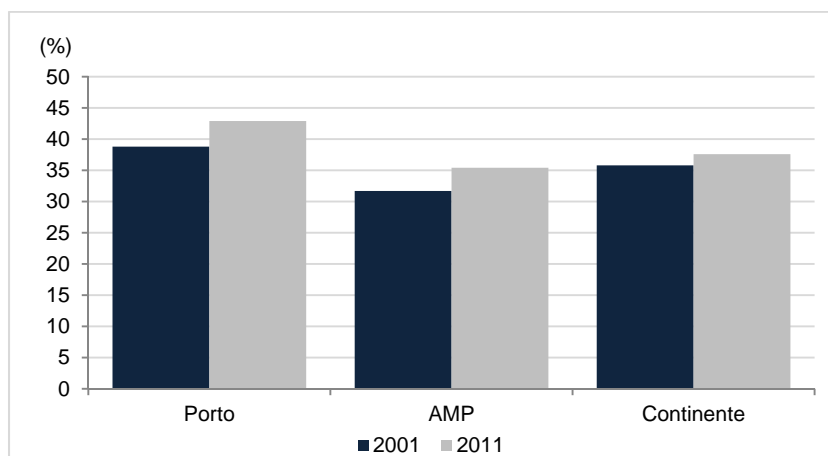
À data do último recenseamento (2011), apenas 51% da população residente no Porto com 15 ou mais anos se encontrava ativa, ou seja, empregada ou à procura de emprego, o que representa uma diminuição face aos 55% registados dez anos antes. Naturalmente que a taxa de atividade distribui-se de forma diferenciada em função dos escalões etários, encontrando-se claramente acima dessa média nas faixas intermédias (Gráfico 47).

Gráfico 47 – Taxa de atividade por escalão etário no Porto



Fonte: INE

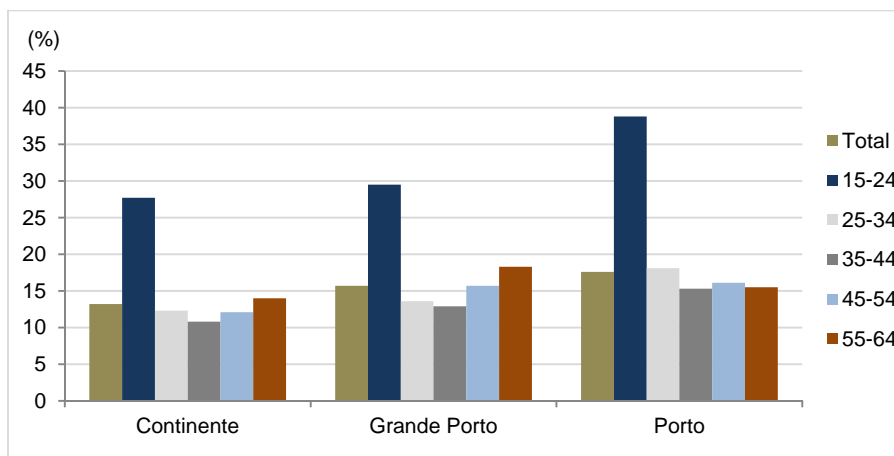
Tal significa que mais de 40% da população do Porto é constituída por reformados e pensionistas, estudantes, domésticas ou pessoas que já desistiram de procurar emprego, uma proporção superior à registada na AMP (17 concelhos) e no Continente (Gráfico 48). O elevado envelhecimento da população residente no Porto contribui para explicar esta diferença.

Gráfico 48 – Taxa de inatividade


Fonte: INE

6.2 Desemprego

Entre a população ativa, o Porto distingue-se por apresentar índices de desemprego superiores aos restantes espaços de referência. Em 2011, a taxa de desemprego da população residente no Porto ascendia a 18% da população ativa, bem acima do conjunto dos 17 concelhos da Área Metropolitana do Porto (16%) e do Continente (13%). Esta situação era comum a todos os escalões etários, com exceção do mais elevado (idade igual ou superior a 55 anos), frequentemente o mais crítico do ponto de vista da empregabilidade (Gráfico 49).

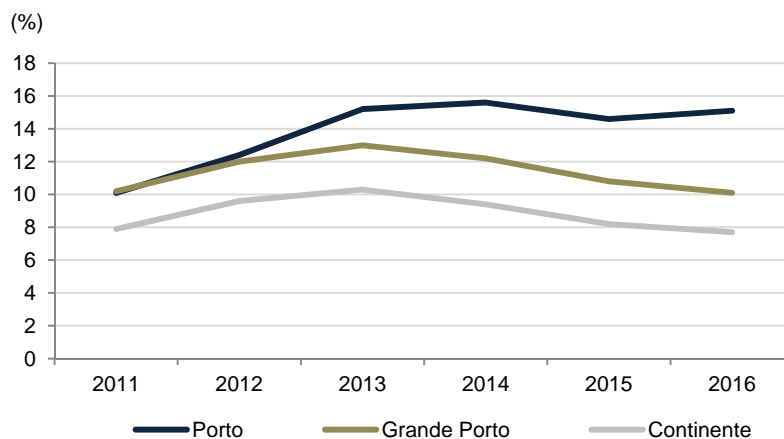
Gráfico 49 – Taxa de desemprego por escalão etário, 2011


Fonte: INE

Não existe informação relativa à taxa de desemprego posterior ao último recenseamento e desagregada à escala concelhia. A informação mais aproximada, mas que não é comparável com os dados censitários, consiste em calcular o número de inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em percentagem da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos. A evolução da taxa de desemprego calculada desta forma indica que a situação observada em 2011, que já era

particularmente desfavorável para o Porto, agravou-se ainda mais desde essa data. O Gráfico 50 sugere, com efeito, que ao contrário do Grande Porto e do país, o Porto não conseguiu recuperar do auge da crise, apresentando mesmo uma evolução desfavorável em 2016.

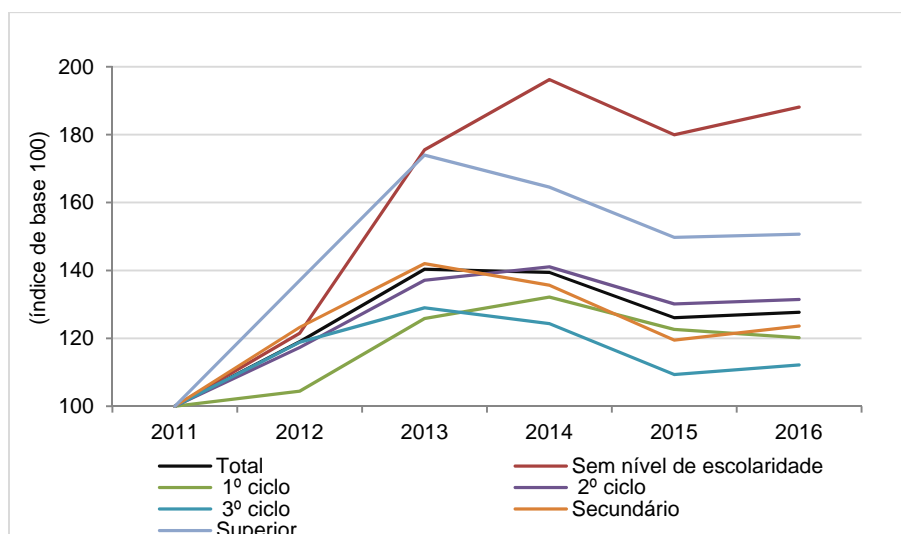
Gráfico 50 – Inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos



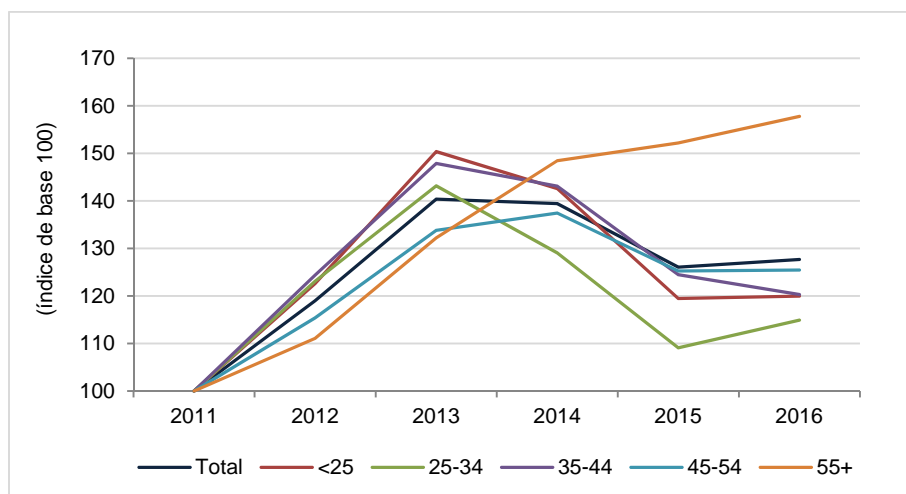
Fonte: IEFP

Os Gráficos 51 e 52 indicam que a situação foi particularmente gravosa entre os mais e os menos escolarizados, assim como no grupo etário mais elevado. Se em 2011 a taxa de desemprego no Porto era mais favorável do que no Grande Porto e no Continente para idades iguais ou superiores a 55 anos, é provável que esta situação se tenha invertido desde essa data.

Gráfico 51 – Inscritos nos centros de emprego por nível de escolaridade, no Porto

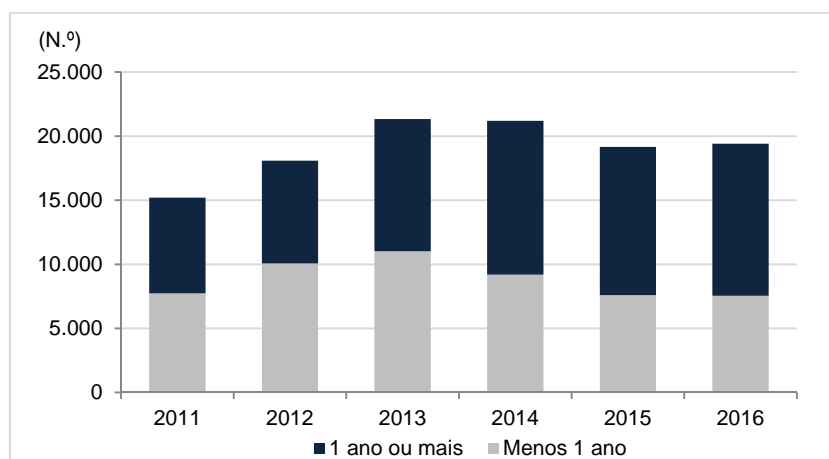


Fonte: IEFP

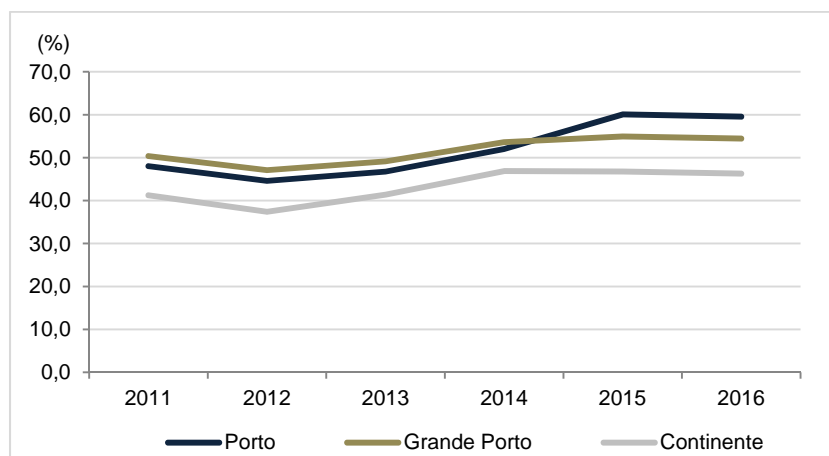
Gráfico 52 – Inscritos nos centros de emprego por escalão etário (2011=100), no Porto


Fonte: IEFP

Particularmente gravoso é o facto de a proporção de desempregados de longa duração aumentar desde o auge da crise (2012), indicando que a faixa da população com maiores dificuldades em termos de empregabilidade não tem conseguido tirar partido da retoma económica (Gráfico 53). Esta realidade também se aplica aos que procuram o primeiro emprego (geralmente jovens), cuja proporção subiu de 7% do total de inscritos, em 2011, para 11%, em 2016 (Gráfico 54).

Gráfico 53 – Inscritos nos centros de emprego por período de inscrição, no Porto


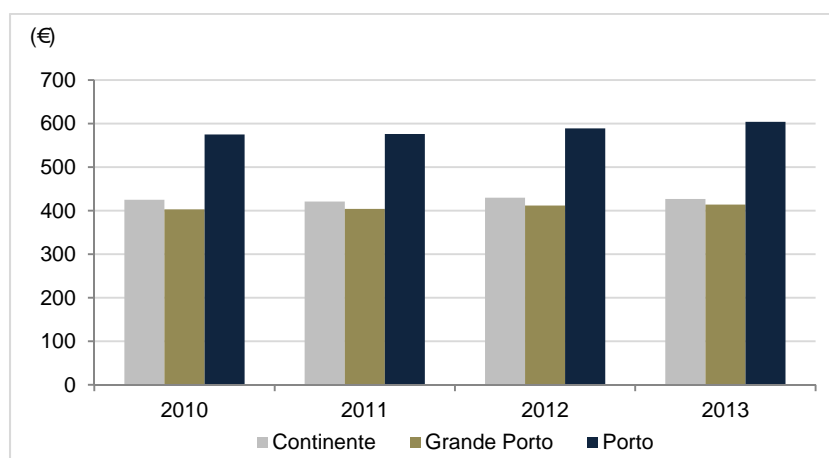
Fonte: IEFP

Gráfico 54 – Desempregados de longa duração inscritos nos centros de emprego


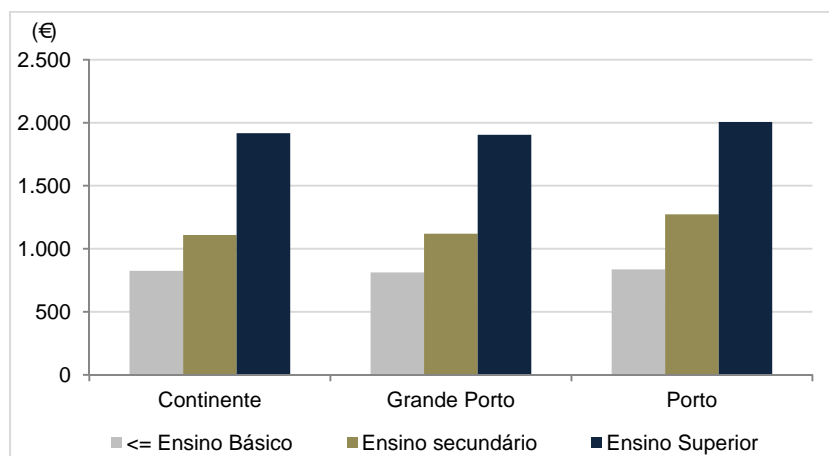
Fonte: IEFP

6.3 Remunerações

Se os residentes no Porto se confrontam com uma realidade laboral substancialmente mais difícil do que a enfrentada pelas populações do conjunto do Grande Porto e do Continente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, os dados relativos aos salários indicam que os que trabalham no Porto (grande parte dos quais não são residentes na cidade) encontram-se, pelo contrário, numa situação substancialmente mais favorável. Os dados disponíveis relativos às remunerações, provenientes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de Pessoal) e que incluem apenas os trabalhadores por conta de outrem do setor privado, indicam que a média salarial é no Porto superior à dos restantes espaços de referência, nomeadamente em comparação com o salário mínimo nacional. Trata-se de uma diferença que se acentuou nos últimos anos disponíveis, sendo observável em todos os níveis de escolaridade (Gráficos 55 e 56).

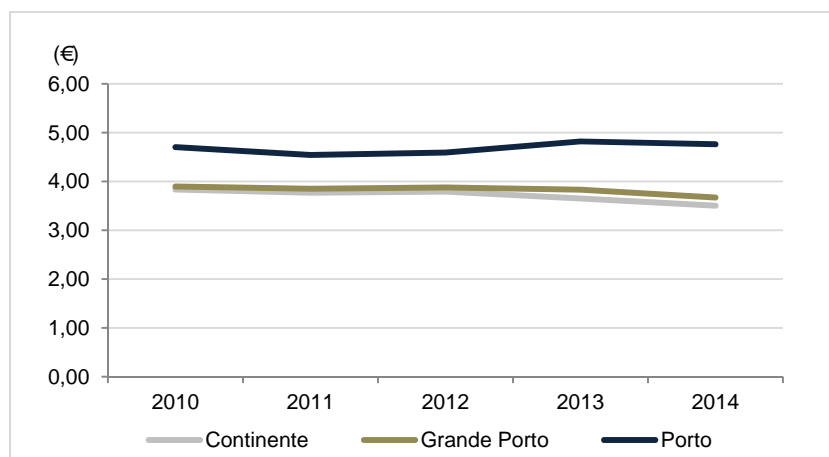
Gráfico 55 – Diferença entre a remuneração média e o salário mínimo nacional


Fonte: MTSSS (Quadros de Pessoal)

Gráfico 56 – Remuneração média por nível de escolaridade, 2014


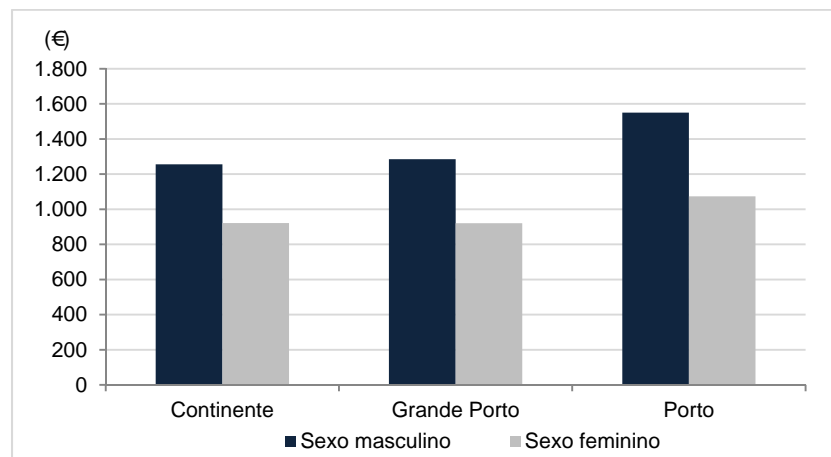
Fonte: MTSSS (Quadros de Pessoal)

Apesar de poderem contar com salários mais elevados, os trabalhadores no Porto defrontam-se com disparidades salariais mais acentuadas, na medida em que o quociente entre os percentis 90 e 10 das remunerações é não apenas mais elevado do que nos restantes espaços de referência como tem vindo a agravar-se nos últimos anos, contrastando com o observado no Grande Porto e no Continente, conforme se pode observar no gráfico seguinte (Gráfico 57).

Gráfico 57 – Quociente entre o percentil 90 e o percentil 10 da remuneração média horária


Fonte: MTSSS (Quadros de Pessoal)

Independentemente dos índices de escolaridade ou do território de referência, mantêm-se invariáveis as disparidades relativas ao género, verificando-se que as remunerações das mulheres correspondem a aproximadamente 70% das remunerações dos trabalhadores do sexo masculino, em qualquer dos territórios considerados (Gráfico 58).

Gráfico 58 – Remuneração média por género, 2014

Fonte: MTSSS (Quadros de Pessoal)

7. Proteção social

Os sistemas de proteção social visam proteger os cidadãos de determinadas situações de risco social que ocorrem por eventualidades diversas. Essa proteção é assegurada pelo Estado, designadamente através da Segurança Social, e é financiada pelas contribuições sociais que os trabalhadores fazem ao longo das suas trajetórias profissionais (contrapartida aos descontos contributivos) ou por via dos impostos quando visam outros fins designadamente a garantia de níveis mínimos de rendimento.

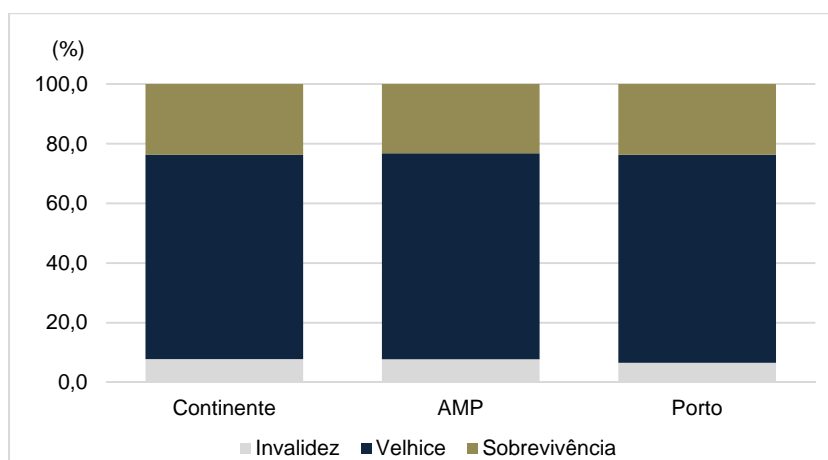
A esmagadora maioria dos pensionistas, qualquer que seja o âmbito geográfico em análise, auferem pensão de velhice (Quadro 2). O Porto regista contudo uma percentagem mais elevada deste tipo de pensão (69,7%) comparativamente com o conjunto dos 17 concelhos da AMP (69%) ou com o Continente (68,4%). Sintoma do elevado índice de envelhecimento da população do Porto, verifica-se que os beneficiários da pensão de velhice representavam em 2016 26% da população total da cidade, bem acima da média da AMP (19,7%) ou do Continente (20,2%) (Gráfico 59).

Quadro 2 – Pensionistas por tipo de pensão, 2016 (N.º)

	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Continente	217 608	1 907 516	663 165
Norte	87 771	665 805	233 483
AMP	37 008	328 025	110 554
Porto	5 066	53 664	18 224

Fonte: PORDATA

Gráfico 59 – Pensionistas por tipo de pensão, 2016

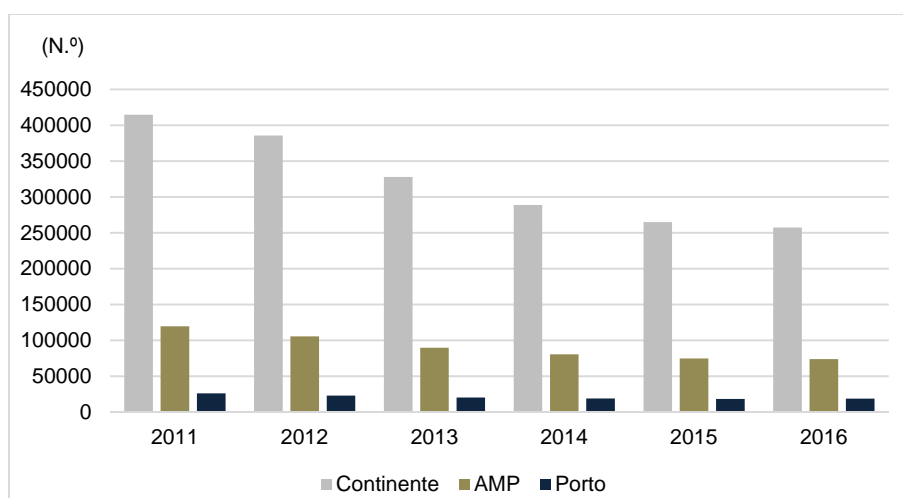


Fonte: PORDATA

Os elementos disponíveis indicam igualmente que grande parte da população idosa sobrevive com carências financeiras graves, a avaliar pelo valor das pensões. Com efeito, em 2016 o valor médio anual da pensão de velhice era de € 7338¹⁸, não se afastando significativamente do estabelecido a nível nacional como o limiar mínimo do risco de pobreza (€ 5442). Tratando-se aquele de um valor médio, tal significa que uma parcela muito significativa dos idosos residentes no Porto vivem, efetivamente, em situação de privação económica severa, tanto mais que muitos têm de suportar encargos significativos, nomeadamente com a saúde.

Para além dos idosos, outros segmentos da população encontram-se igualmente em risco de pobreza, razão pela qual foram ao longo dos anos introduzidas sucessivas medidas destinadas a atenuar o fenómeno. O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social. O número de beneficiários desta medida tem descido ao longo dos últimos anos e em todos os âmbitos geográficos de referência considerados o que se terá ficado a dever mais às alterações legislativas (que se tornaram mais restritivas) do que propriamente à diminuição do número de situações de efetiva carência social (Gráfico 60).

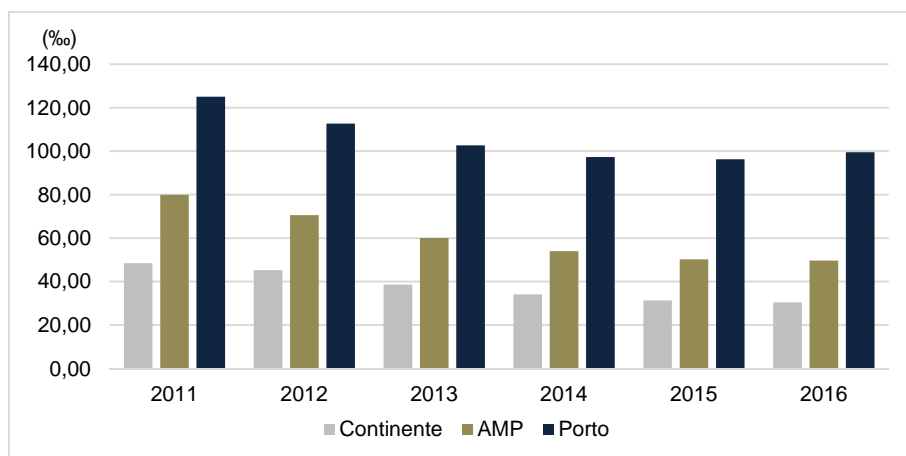
Gráfico 60 – Evolução dos beneficiários do rendimento social de inserção



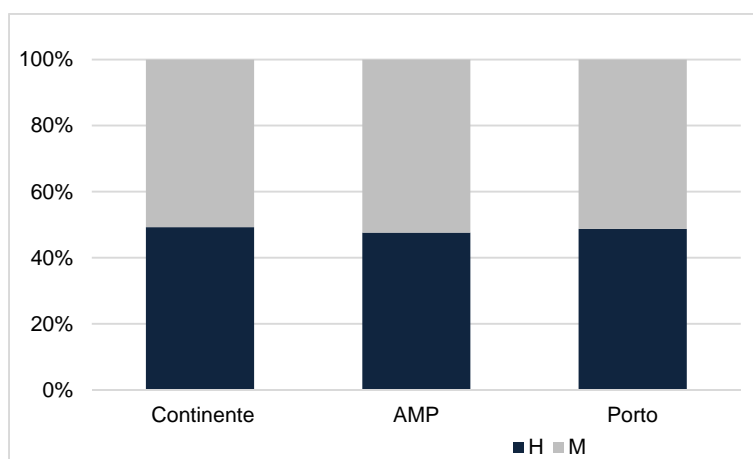
Fonte: INE

O Porto regista, ao longo do tempo, valores muito mais elevados que os do Continente e da AMP. No último ano disponível, 2016, a proporção de beneficiários/as de RSI em cada 1000 pessoas em idade ativa era de 100‰ no Porto, enquanto na AMP e no Continente era de respetivamente de 50‰ e 30‰ (Gráfico 61). Quanto à distribuição por género, verifica-se que a incidência no sexo feminino é claramente superior (Gráfico 62).

¹⁸ Anuário Estatístico da Região Norte (2016) – Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 61 – Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa


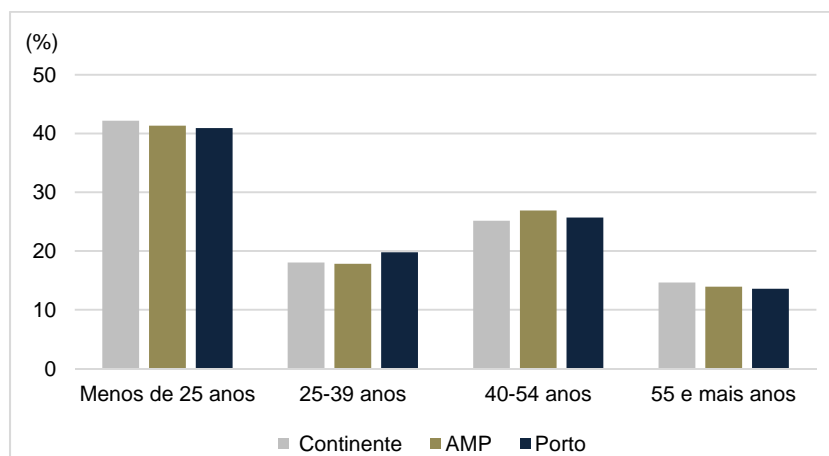
Fonte: INE

Gráfico 62 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo, 2015


Fonte: INE

Em qualquer dos âmbitos analisados, a proporção de beneficiários de RSI é sempre maior no escalão etário dos menores de 25 anos de idade. O concelho do Porto regista ainda uma proporção de beneficiários de RSI no escalão dos 25 aos 39 anos de idade superior dois pontos percentuais ao da AMP e do Continente (Gráfico 63 e Quadro 3).

No que respeita ao abono de família para crianças e jovens, outro dos benefícios sociais atribuídos à população com maiores carências, verifica-se que o número total de beneficiários ascende a cerca de 15.000 no Porto, sendo que para qualquer dos âmbitos territoriais considerados existem quase 1,5 descendentes ou equiparados por cada beneficiário.

Gráfico 63 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o escalão etário, 2015


Fonte: INE

Quadro 3 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo a idade, 2015 (N.º)

	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
Continente	111 761	47 785	66 623	38 822
AMP	30 871	13 322	20 079	10 414
Porto	7 482	3 615	4 699	2 482

Fonte: INE

Quadro 4 – Beneficiários com abono de família para crianças e jovens, 2015 (N.º)

	Beneficiários	Descendentes ou equiparados
Continente	780 392	1 159 551
AMP	147 696	213 572
Porto	15 227	22 034

Fonte: INE

8. Síntese conclusiva

O cruzamento da informação disponível, relativa a diferentes âmbitos do desenvolvimento social, permite constatar que o Porto apresenta, face aos restantes territórios de referência, uma situação de maior desequilíbrio social, facto que coloca o município perante desafios particularmente exigentes. O Quadro 5 sistematiza as principais vulnerabilidades e pontos fortes do Porto face às diversas componentes do desenvolvimento social.

Quadro 5 – Pontos fortes e vulnerabilidades da situação social do Porto

Pontos Fortes	Vulnerabilidades
Rendimentos acima da média do Grande Porto e do Continente.	Elevada presença de uma população idosa que padece de um grande isolamento social e de fortes restrições financeiras.
Elevadas qualificações da população jovem com ensino superior, em virtude da qualidade da oferta de ensino a este nível.	Continuação do declínio populacional, como consequência da manutenção dos saldos natural e migratório negativos.
Proximidade física face à oferta de serviços sociais (de educação, saúde e proteção social) mais especializados.	Parque habitacional degradado, persistindo carências quantitativas e qualitativas significativas.
Diminuição sensível das situações mais extremas de carência habitacional.	Dificuldades de acesso a habitação condigna a custos acessíveis, por parte de amplos segmentos da população.
Diminuição dos índices globais de desemprego, em anos recentes.	Taxas de retenção e abandono escolar ainda elevadas, apesar dos progressos realizados nas últimas décadas.
Diminuição considerável da incidência de doenças com implantação superior à média do Grande Porto e do Continente (SIDA, tuberculose).	Desemprego superior à média do Grande Porto e do Continente, com elevada proporção de desempregados de longa duração, de baixas qualificações e com pelo menos 55 anos.
	Disparidades de rendimentos superiores à média do Grande Porto e do Continente.

As vulnerabilidades da cidade, do ponto de vista social, são de índole diversificada relacionando-se sobretudo com a habitação, o emprego, a educação e, principalmente, a demografia. Com efeito, a evolução demográfica ocorrida nas últimas décadas reforçou vários dos atuais problemas sociais do Porto. A contínua perda de população, sobretudo para os concelhos vizinhos, de populações jovens e com rendimentos médios, não apenas agravou as disparidades sociais (ficaram sobretudo os mais pobres e os mais prósperos) como diminuiu a qualidade de vida de muitos ao promover deslocações casa/trabalho mais demoradas, na medida em que o emprego mais qualificado permanece maioritariamente localizado no Porto.

No que respeita ao isolamento, verifica-se que a proporção de idosos que vivem sós supera em muito as médias nacionais, facto que coloca desafios importantes quanto à capacidade de

resposta da cidade aos problemas específicos de uma população em grande medida debilitada por razões de saúde.

Relativamente às carências económicas severas de grande parte deste segmento da população, os elementos disponíveis permitem concluir que a elevada incidência de idosos no Porto cruza-se com aspetos mais gerais da sociedade portuguesa, em particular a debilidade do sistema de proteção social. Como reflexo do envelhecimento demográfico, o Porto apresenta uma proporção anormalmente elevada de pensionistas por velhice da segurança social, cujo valor médio anual em 2016 (€ 7339) não era substancialmente superior ao estabelecido no mesmo ano, a nível nacional, como limiar de risco de pobreza (€ 5442). Associados aos elevados encargos de muitos idosos com a saúde, nomeadamente com medicamentos, estes dados permitem avaliar a dimensão da pobreza neste segmento da população, indiscutivelmente um dos problemas sociais mais graves com que a cidade se defronta na atualidade.

Uma segunda categoria de vulnerabilidades sociais relaciona-se com a habitação, quer ao nível das carências mais básicas, quer do ponto de vista do acesso de grande parte da população, nomeadamente jovem, a este bem essencial. O parque habitacional portuense apresenta-se degradado, evidenciando um estado de conservação inferior ao registado no Grande Porto e no Continente. Apesar das melhorias sensíveis da década passada, as carências habitacionais permanecem significativas. Um levantamento recente da “Domus Social” conclui que quase 2100 famílias deverão ser realojadas de modo a poderem viver em situações condignas¹⁹.

Os problemas habitacionais do Porto estão, no entanto, longe de se circunscreverem a situações extremas de precariedade. Com efeito, a evolução recente do mercado tem colocado em primeiro plano as dificuldades de acesso à habitação de um estrato social constituído por pessoas cujo rendimento é demasiado baixo para aceder ao crédito hipotecário ou ao mercado de arrendamento, mas suficientemente elevado para as tornarem elegíveis para o arrendamento social. O contexto atual, caracterizado pela forte pressão sobre a procura motivada em grande medida pela expansão do arrendamento de curta duração (associado sobretudo ao turismo), tornou este problema particularmente premente, exigindo medidas específicas dirigidas a este problema.

Para além da demografia e da habitação, o Porto enfrenta problemas sérios noutros domínios. No âmbito da educação, e apesar das taxas de retenção e abandono escolar serem no Porto inferiores às registadas no Grande Porto e do Continente, e de terem diminuído significativamente nas últimas décadas, não deixam de apresentar índices ainda elevados, facto que constitui um obstáculo sério à mobilidade social e à empregabilidade.

As ainda elevadas taxas de abandono e retenção escolar, que por vezes surgem acompanhadas pela desadequação das qualificações de muitos jovens às necessidades do

¹⁹ Levantamento municipal das necessidades de realojamento habitacional – Porto; Paulo Conceição (Coord.);

mercado de trabalho refletem-se, pelo menos parcialmente, na evolução do mercado de trabalho. A taxa de desemprego no Porto era, em 2011, claramente superior à média do Grande Porto e do Continente. Apesar da descida ocorrida desde então (acompanhando a evolução à escala nacional), verifica-se que é ainda considerável a proporção de inscritos nos centros de emprego da cidade. O facto de a proporção de desempregados de longa duração, de desempregados com mais de 55 anos e de desempregados com baixas qualificações manter-se elevada após o auge da crise financeira é revelador dos problemas estruturais ainda existentes, sobretudo no que respeita à relação entre o mercado de trabalho e as qualificações.

A desigualdade social constitui uma outra consequência das deficiências estruturais dos sistemas educativos e, desse ponto de vista, o Porto tem ainda um caminho importante a percorrer. Abstraindo o facto de nas principais cidades as desigualdades sociais serem, geralmente, mais marcantes do que noutros contextos devido à estrutura da sua base económica (muito marcada pela presença de atividades melhor remuneradas, como os serviços financeiros, a par de outras de mão-de-obra intensiva, como o turismo e a restauração), verifica-se que no Porto essas disparidades são particularmente evidentes. Tudo indica que as tendências recentes, no sentido da redinamização da cidade através do desenvolvimento de atividades até então relativamente pouco representativas, como o turismo e os serviços tecnológicos, continuarão a alimentar as atuais tendências de polarização social, se não forem tomadas medidas no sentido de as contrariar.

Este fenómeno surge reforçado pelas disfunções do mercado residencial, responsáveis em grande medida pela “centrifugação” de grande parte das classes médias para os concelhos vizinhos, ao mesmo tempo que o Porto concentra cada vez mais os segmentos mais privilegiados da população (com condições de aceder aos preços praticados) e, simultaneamente, os menos privilegiados (devido à elevada presença de bairros sociais e à persistência das “ilhas” e outras formas de habitação degradada).

Apesar das vulnerabilidades sociais serem significativas, o Porto apresenta no entanto, face a outros contextos territoriais, atributos importantes também do ponto de vista social. Com efeito, o Porto encontra-se sob diversos pontos de vista numa situação mais favorável do que a sua envolvente territorial e o continente.

Um dos pontos fortes mais importantes relaciona-se com os rendimentos, tradicionalmente mais elevados nas grandes cidades. Com efeito, e apesar das fortes disparidades salariais os portuenses beneficiam, em média, rendimentos superiores aos dos residentes noutros espaços de referência (excluindo Lisboa), em virtude da elevada concentração de atividades de maior valor acrescentado. A presença destas atividades, nomeadamente das ligadas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem crescido nos últimos anos, envolvendo um número cada vez maior de empresas nacionais e internacionais.

O dinamismo evidenciado por alguns setores da economia mais exigentes deve-se em grande medida às elevadas qualificações da população jovem, em virtude da presença de instituições de ensino superior reconhecidas internacionalmente pela sua qualidade. Apesar de ainda

significativas, as taxas de retenção e abandono escolar diminuíram consideravelmente ao longo das últimas décadas, não tendo impedido a progressiva qualificação dos jovens, particularmente os que ingressam no ensino superior.

Um terceiro ponto forte relaciona-se com o acesso da população a um amplo conjunto de serviços e equipamentos sociais. Com efeito, apesar da dotação de equipamentos constituir o âmbito de abordagem de um outro relatório de caracterização e diagnóstico, é inequívoco o facto de essa dotação ter efeitos determinantes na qualidade de vida das populações. Os portugueses podem contar com a proximidade física a um conjunto de serviços de saúde, ensino e proteção social sem paralelo noutros pontos do país (com exceção de Lisboa). Se a qualidade de alguns serviços de utilização mais frequente e generalizada, como os cuidados de saúde primários, poderá ressentir-se de um maior congestionamento comparativamente a outros concelhos, é sobretudo ao nível dos serviços mais especializados que as vantagens do Porto são mais evidentes. Contrariamente a muitos outros os cidadãos, os residentes no Porto não necessitam de efetuar grandes deslocações para acederem aos serviços oferecidos pelos grandes equipamentos de nível superior, dos hospitais centrais às universidades, facto que constitui inequivocamente um contraponto às vulnerabilidades referidas acima.

Por último, deverá ser realçada a recuperação sentida pelo Porto em anos recentes, em diferentes domínios. Seja porque se confronta com problemas tipicamente “urbanos”, seja devido a dificuldades específicas da cidade, o Porto enfrenta problemas superiores aos observados à escala do Grande Porto e do Continente em áreas tão diversas como a educação, a saúde, a habitação ou a segurança. Contudo, pelo menos relativamente a alguns indicadores, tem sido sensível a melhoria observada em anos recentes, como é o caso da já referida evolução global do desemprego. Nalguns casos, a melhoria tem sido sensível o suficiente para se admitir a possibilidade de aproximação às realidades sentidas nos restantes espaços de referência. É o caso das carências habitacionais extremas (que diminuíram no passado decénio, nomeadamente em relação aos alojamentos não-clássicos) e da incidência de doenças como a SIDA e a tuberculose.

Equipa técnica

Alexandra Faria

Carlos Oliveira

Eugénia Rocha

Graça Lage

Marta Gomes

Direção Municipal de Urbanismo

Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Contacto: dmpot@cm-porto.pt

